



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REFLEXÕES E ATRAVESSAMENTOS NA SUBJETIVIDADE LÉSBICA:
CARTOGRAFIAS DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA**

LUANA MEDEIROS DE SÁ LUCAS

CAMPO GRANDE - MS

2024



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LUANA MEDEIROS DE SÁ LUCAS

**REFLEXÕES E ATRAVESSAMENTOS NA SUBJETIVIDADE LÉSBICA:
CARTOGRAFIAS DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Camargo Taborda

CAMPO GRANDE- MS

2024



AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à mulher que destinou grande parte de sua trajetória a mim, minha mãe, Silvana Medeiros. Sem o cuidado, zelo e incentivo recebido durante esses todos esses anos, essa pesquisa não teria sido possível.

Agradeço a historiadora mais fantástica da América Latina, Ketlyn, que me ouviu, aconselhou e acompanhou todo o percurso de pesquisa, com todas as suas nuances.

Agradeço ao psicólogo, amigo e ouvinte Gabriel, essencial em todo o processo de escrita, pesquisa, análise e, principalmente, nos debates informais em nosso grupo de estudos.

Agradeço às professoras Camila Ituassu e Luciane Pinho, que me ensinaram, ainda na graduação, a ousadia de questionar. Vocês me ensinaram a reconhecer e criar meu próprio mundo de possibilidades.

Ao Jeferson, professor e orientador que tanto me ensinou, sugeriu, pontuou e renegociou. Sempre dedicado, disposto e disponível a favorecer a liberdade que pude descrever neste trabalho. Obrigada pela parceria, empatia e caminhada, sem você, o percurso teria sido, sem dúvidas, mais desgastante do que é, por si só.

Agradeço também à Zaira Lopes e Jainara de Oliveira, pela participação na Banca Examinadora, pelo acolhimento, sugestões e contribuições em diversos âmbitos, todas essenciais para o aprimoramento da pesquisa. À Renata Bellenzani pelo convite aceito à participação na banca como suplente.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, em especial, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, que me possibilitou a extraordinária vivência com colegas e docentes empenhados em redescobrir as diversidades. À CAPES, pelo fomento necessário para a construção desse estudo.



RESUMO

Com o objetivo geral de compreender a constituição subjetiva da identidade lésbica, tendo como objetivos específicos discorrer acerca dos processos de invisibilização da lesbianidade, debater as formas de repressão das vivências lésbicas vigentes nas sociedades ocidentais e problematizar a construção dos dispositivos de gênero e sexualidade na atualidade, a presente dissertação busca construir um panorama amplo de tais processos. Para isso, a proposta metodológica seguiu os princípios da cartografia, o que permitiu a análise dos fenômenos abordados, a partir de relatos etnográficos e do diário de bordo. De início, foi realizada uma discussão conceitual sobre a relação entre o dispositivo da sexualidade e as mulheres lésbicas, para tornar possível a compreensão das relações de poder, que servem como regulações sexuais, políticas e religiosas. No que diz respeito aos relatos etnográficos, o primeiro apresenta discussões sobre a promoção de um minicurso, intitulado “Psicologia e Lesbianidade”, a partir das minhas vivências junto das participantes e das trocas realizadas. O segundo relato etnográfico foi desenvolvido a partir do debate que participei, sobre o filme “*O mau exemplo de Cameron Post*”, realizado a convite do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14) como parte da campanha de Setembro Amarelo, que buscavam discorrer sobre a saúde mental da população LGBTQIAP+. O terceiro e último tópico é construído a partir de uma breve etnografia digital de matérias jornalísticas sobre a questão das comunidades terapêuticas e sua relação com mulheres lésbicas brasileiras. A partir destas três cartografias de inspiração etnográfica, foi possível identificar os mecanismos nos quais os discursos hegemônicos da heteronormatividade e do heterossexismo influenciam a construção da subjetividade lésbica, inclusive, reforçando a manutenção de comportamentos e valores que contribuem para a perpetuação de repressões e discriminações. Por fim, o trabalho busca avançar nas questões elencadas para se tornar uma forma de contribuição aos debates sobre a lesbianidade e os fenômenos relacionados, tendo em vista o número ainda insuficiente de produções publicadas sobre o tema no Brasil.

Palavras-chave: Lésbica, gênero, subjetividade, cartografia, relato etnográfico.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
O PERCURSO DA PESQUISA	13
MULHERES LÉSBICAS E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL	20
1. <i>Gênero e o viver lésbico</i>	29
2. <i>Lesbianidade e estereótipos: marcadores sociais</i>	37
3. <i>Levantamento da produção científica sobre o tema</i>	42
CARTOGRAFIAS DA LESBIANIDADE	51
1. <i>Psicologia e lesbianidade: diário de um minicurso</i>	52
2. <i>O amor entre mulheres lésbicas e algumas reflexões sobre saúde mental</i>	59
3. <i>Comunidades terapêuticas e a lesbianidade no contexto brasileiro</i>	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	90



INTRODUÇÃO

A construção da identidade de cada indivíduo perpassa por múltiplos processos de apreensão de conteúdo, signos, comportamentos, valores e ideais presentes na sociedade e nos grupos sociais dos quais as pessoas fazem parte. Dentre tais movimentações, pode-se destacar as concepções de gênero e sexualidade, visto que se tratam de meios essenciais para compreender a formação da identidade de cada um.

Para dar início à compreensão de que maneiras o gênero e a sexualidade se colocam na vida dos indivíduos para que tenham tamanho impacto na formação das suas identidades, é essencial se debruçar diante de outros termos, como o de dispositivo, o qual foi desenvolvido por Michel Foucault em meados dos anos 1970 e, de acordo com Revel (2005), permite, de alguma forma, que as técnicas de assujeitamento utilizadas pelo poder sejam melhor entendidas.

No escrito “*A vontade de saber*”, Foucault (1979) reflete acerca do termo, trazendo à tona a discussão central de que o dispositivo elenca conjuntos de discursos por meio de organizações, instituições, leis, medidas administrativas, proposições filosóficas e tudo aquilo que – não diretamente – é dito. Pode-se entender o dispositivo como uma rede que se dá entre estes elementos, passível de interrogação quanto à sua função e estratégia, até mesmo quando não discursivo.

No que diz respeito à sexualidade humana, Foucault (1988), com o objetivo de propor uma rede de discussões sobre prazeres e poder, apontou, de maneira sutil, as influências dos fatores econômicos, técnicos e políticos relacionados ao sexo, afinal, contrariando o que a percepção de repressão das sexualidades poderia mostrar, na realidade, o que o poder hegemônico busca é instaurar uma prática generalizada e “correta” de como se relacionar entre pares e de vivenciar os prazeres de si e do outro. Assim, o dispositivo utiliza como estratégia de poder a produção de saberes que fixam conceitos, como os de gênero, de mulher, de lésbica, de homossexual, entre muitos outros. A ideia de dispositivo apresenta muitas outras complexidades em relação aos temas aqui apresentados, as quais serão discutidas de maneira mais aprofundada ao longo do trabalho.

Por ser uma notória estudiosa dos fenômenos do gênero e da sexualidade, Judith Butler apresenta formulações essenciais para agregar as discussões sobre tais fenômenos. Em seus



postulados, Butler (2003) discorre que a busca pela superação da concepção binarista e sexual do que é esperado para os sujeitos é fruto das relações de poder vigentes, visto que, ao postular tais características como fruto das interações naturais da espécie, dificultam a oposição diante destes ideais. Com isso, a ideia de que homens são apenas pessoas que nasceram com pênis e outros traços corporais esperados para tais indivíduos, enquanto mulheres são o que são por portarem uma vagina, útero e ovários, por exemplo, permitiu que expectativas de como cada um que possuísse esses aspectos deveriam se portar fossem postuladas.

Apesar de múltiplas concepções teóricas trazerem as suas noções do que seria o gênero, outra autora importante para tais discussões é Joan Scott (1995)¹, que aponta como um elemento o gênero como algo que fundamenta as relações sociais, tomando-se como base as variadas diferenças existentes entre os sexos. O gênero, então, seria uma das principais construções sociais formadoras das relações de poder e, por isso, é do âmbito da multiplicidade, e não determinista.

Portanto, é importante pensar que, nas relações de poder e nos seus dispositivos da sociedade ocidental vigente, as ideias que regem a performance esperada de gênero ainda são muito pautadas no binarismo de homens e mulheres, de acordo com o sexo biológico e de expectativas que se construíram ao longo do tempo. Com isso, entra o alerta de Butler (2003) sobre o movimento de rejeição do que foge ao comportamento hegemônico e considerado “correto” diante dos valores daquela sociedade, o que, no caso, se pauta nas ideias da heterossexualidade compulsória.

Por conta do binarismo de gênero, que afeta diretamente as concepções da sexualidade, as relações afetivas, românticas e heterossexuais entre homens e mulheres foram naturalizadas como norma a tal ponto em que qualquer outra manifestação que se difere dessas esferas relacionais pode ser considerada um desvio, desconsiderando, por exemplo, a existência e a legitimidade das relações afetivas e sexuais entre mulheres. Além dessa questão, as mulheres que se relacionam com outras mulheres passaram por um outro processo na construção subjetiva das suas identidades, visto que enfrentaram as influências de outras forças que direcionam uma sociedade baseada em pressupostos do patriarcalismo, que coloca os indivíduos considerados como homens diante de uma posição de visibilidade e representação social muito distinta da que as pessoas consideradas mulheres são colocadas (Toledo, 2008).

¹ Ainda que Butler e Scott discorram sobre áreas distintas, nesse escrito, ambas contribuíram com as discussões principais de sexualidade e gênero.



Ao voltar o foco para de que maneiras as mulheres que se relacionam com mulheres foram concebidas ao longo da história, é possível perceber as múltiplas violações e invisibilidades as quais elas foram colocadas. Dentre as nomenclaturas utilizadas para se dirigir a estas mulheres durante vários períodos, destacam-se as seguintes: *tríbadas*, *safistas*, *sáficasas*, *lesbianas*, *lésbicas*, etc. Entretanto, o que pode ser observado como comum a todos esses contextos são a violência e a negação vividas por essas mulheres; ainda que na atualidade os termos *homossexualidade*, *lesbianidade* e *homossexual* sejam percebidos como atemporais, não retratam de fato a subjetividade e os atravessamentos que constituem os dispositivos da sexualidade (Toledo, 2008).

Reinoso (2005) relata que, na época de Aristófanes, um dramaturgo grego que viveu entre os séculos IV e III a.C, o desejo por outra mulher era permitido apenas em ambientes onde um homem estivesse presente, como, por exemplo, nas boates, onde os *olisbus* – consolos e pênis artificiais – eram usados por mulheres tríbadas, para a satisfação masculina. Entretanto, há escritos que descrevem a maior liberdade sexual dessas mulheres, como em Lesbos, Esparta ou Roma, onde tais experiências decorriam apenas de seus desejos, e não em razão da satisfação masculina.

Todavia, Torrão Filho (2000) discorre que, embora as mulheres que se relacionassem com mulheres tivessem maior liberdade nesses lugares, como na Roma Antiga, as opções eram limitadas; esperava-se que elas mantivessem a castidade para os seus futuros maridos ou que vivessem como dançarinas, atrizes, escravas ou tríbadas; nesse caso, teriam acesso a tal liberdade, mas de forma ainda limitada, apenas em casas de banho e boates, com outras mulheres, que, às vezes, eram escravizadas e destinadas a tal modo de vida, independente da sua vontade.

As múltiplas violências nas quais estas mulheres enfrentaram ao longo da história e que se perpetuam até os dias vigentes estão diretamente relacionadas à transposição de estigmatizações típicas da dinâmica heterossexual de se relacionar, que permitem a existência de comportamentos que destacam os medos, as discriminações e as violências mesmo dentro de um relacionamento entre mulheres. Contudo, Toledo (2008) alerta que não se trata de uma tentativa de transformar estas relações em algo semelhante ao que se entende dentro da heterossexualidade, em que uma das partes supostamente seria “o homem” da relação. O ponto é que as violações e a situação de vulnerabilidade na qual mulheres estão sujeitas em uma



sociedade misógina pode levar a um processo de cristalização de tais conceitos e valores ao ponto de se apresentar em uma relação entre mulheres na forma de violências das mais diversas.

Os principais aspectos violentos que podem ser percebidos nesta dinâmica relacional dizem respeito aos atos vindos da sociedade ou das próprias parceiras, a partir da violência moral, psicológica, social, física e doméstica. Em geral, é mais comum que as pessoas que fogem das expectativas sociais de performatividade de gênero estejam mais vulneráveis diante de tais violações, visto que representam um elemento destoante das normatividades vigentes (Toledo, 2008). Esta questão da performatividade de gênero apresenta muitas complexidades, portanto, será mais aprofundada ao longo do trabalho.

Ademais, Welzer-Lang (2001) atribui a existência da invisibilidade diante das vivências afetivas, românticas e sexuais de mulheres entre si, ao longo da história, por conta dos efeitos de sociedades pautadas em preceitos patriarcais e misóginos, afinal, qual seria o interesse de uma história descrita por homens em dar voz para as experiências de mulheres que fogem diretamente das leis hegemônicas? Por isso, uma vez que estas mulheres não são seres passivos diante de valores culturais repletos de controle social e oposições diante de resistências (Goellner, 2003), a pesquisa em questão busca destrinchar como tais mulheres se opõem na construção da subjetividade quando levados em consideração os pormenores elencados.

Diante de uma pesquisa construída a partir da ótica de alguém que vivencia diariamente as implicações de ser uma mulher lésbica no contexto brasileiro e com todas as movimentações contrárias à nossa existência, se faz imprescindível recorrer ao famoso conceito, popularizado por Djamilia Ribeiro (2017), de “lugar de fala”. Ao contrário do que muitos podem pensar, esta ideia não busca restringir a liberdade para discutir sobre determinados assuntos e experiências como relegada apenas para membros dos grupos, que vivenciam aquilo na pele, pois, na realidade, vai muito além. Para se pensar em “lugar de fala”, é essencial perceber e considerar que ele sempre existiu e esteve direcionado para os grupos hegemônicos das sociedades, que, com os seus privilégios sociais, detinham a possibilidade de discutir e normalizar as suas vivências como o padrão a ser seguido, o que, invariavelmente, exclui os outros grupos por si só.

Apesar de utilizar de um recorte mais direcionado para as vivências de mulheres negras para discorrer sobre o conceito, Ribeiro (2017) deixa claro que ele abrange qualquer grupo social que sofre com as desigualdades do poder e que precisam de espaço para falar sobre os prazeres, dores e implicações de ser quem se é, a partir de suas vivências. Contudo, a autora



frisa que é necessário ter cautela para não generalizar tais colocações como verdades absolutas para um grupo, afinal, um indivíduo pode tanto trazer a exposição necessária para pessoas marginalizadas, quanto seguir pelo caminho do opressor e negar a existência das repressões, por exemplo.

O importante para compreender os lugares de fala é ir além do simples compartilhamento de vivências individuais, resguardadas a um recorte muito específico, que proporcionam movimentos únicos para aqueles sujeitos. Portanto, é preciso pensar nestes discursos a partir de um todo, que inclui o contexto social e histórico do grupo no qual aquele indivíduo faz parte, as opressões sofridas ao longo do tempo e como ele se transformou no que é hoje, sempre se lembrando que nenhuma experiência ou relato vai abranger todas as vivências de um grupo (Ribeiro, 2017).

Para enriquecer a ideia de “lugar de fala” e a importância de se colocar contra a falsa neutralidade da ciência em trabalhos como este, é possível apontar a noção de “conhecimento situado”, concebida por Donna Haraway (1988), conhecida autora estadunidense por se debruçar nos estudos da filosofia da ciência e dos movimentos feministas. O conceito surge a partir das suas críticas às concepções da ciência em busca de uma objetividade, que quase sempre recaem em ideias reducionistas, o que empobrece o método científico. Para ela, as ciências humanas e sociais ainda careciam de um olhar mais crítico sobre os seus próprios modos de fazer para, enfim, superar a ideia estapafúrdia da busca pela neutralidade a todo o custo, o que é fruto da tradição positivista da ciência, que colocou a visão de que uma prática apenas seria reconhecida com seriedade se seguisse tais caminhos.

Por ser executada por pessoas, que estão sujeitas a todas as movimentações ideológicas e culturais nas quais foram se desenvolvendo enquanto sujeitos e cientistas, Haraway (1988) fala da urgência para que os estudiosos buscassem a compreensão das ideologias e das relações de poder vigentes na ciência e nos objetos de estudo para que se possa tomar consciência de suas implicações nos fenômenos analisados para, em seguida, pensar em formas de estudá-los apesar disso.

Haraway (1988) tinha como pretensão ir além destas concepções de ciência, criando, a partir de uma nova epistemologia feminista que fosse capaz de apresentar uma representação crítica e desconstruída da realidade e das relações de poder, novas práticas que permitissem que os indivíduos percebessem as influências históricas diante dos conhecimentos produzidos sobre os temas e os contextos nos quais eles foram concebidos até então, sem ignorar os seus sentidos



e significados. Assim, o conhecimento seria situado no ponto em que se superam dicotomias entre os sujeitos e os objetos e se busca uma dimensão corporizada da ciência, ou seja, entendendo o objeto de análise como detentor de historicidade, movimentos e de um corpo em si, sem cair nas armadilhas de observá-los em uma posição distante, como um cientista clássico olhando microrganismos pelo microscópio.

Assim, as ideias de “conhecimento situado” e de “lugar de fala” se encontram no sentido de apresentarem modos de fazer ciência a partir de uma ótica crítica e localizada nas questões sócio-histórico-culturais necessárias para não recair em uma prática distanciada dos objetos de análise, afinal, são pessoas que possuem todas as suas particularidades, que devem ser respeitadas e levadas em consideração, acima de tudo. Por isso, tendo todas estas questões em mente, a pesquisa foi construída de maneira a mesclar experiências pessoais, minhas e das participantes das atividades designadas, junto à análise teórica, com materiais que permitam observar o desenvolvimento dos temas abordados.

Desta forma, logo de imediato, será apresentada uma discussão teórica, que permita abarcar as noções de dispositivo, gênero e lesbianidade, a partir da (re)construção de teorias e da investigação de conceitos e ideias existentes, permitindo que fundamentos já estabelecidos sejam aprimorados. Além disso, ainda é possível criar as próprias condições de análise, uma vez que o conhecimento teórico exige argumentação, correção, aprimoramento e, ainda que esteja contra a valorização do campo científico quanto às aplicações práticas, avança quando agrega ao desenvolvimento de teorias (Demo, 1995).

Em um segundo momento, serão apresentadas duas experiências de inspiração etnográfica. A etnografia é definida como algo que possibilita um “contato viável com uma subjetividade variante” (Geertz, 1999, p. 29). Posto isso, parte-se do pressuposto de que essa ferramenta auxilia a revelar o movimento, o percurso e o deslocamento que possibilitam o conhecimento de um sobre o outro; com isso em vista, o presente trabalho busca inspiração na etnografia para analisar as subjetividades e particularidades que surgiram ao longo de todo o processo. Estes relatos etnográficos estão ancorados em meu diário de bordo, definido por Medrado, Spink e Mello (2014) como uma grafia de comunicação repleta de intensidades e emoções. Por isso, ressalto que, por meio desse registro, pude cartografar tudo o que ouvi, vi e escrevi.

Como um relato pessoal, o recurso para registro, diário de bordo, aparece em meados do século XIX de maneira a romper com o modelo tradicional de pesquisa que acontecia nos



laboratórios. Entende-se que o diário de campo, chamado aqui de diário de bordo, serve como uma grafia da comunicação, que independente do formato de registro, sendo no computador, folhas soltas, caderno, máquina fotográfica, pode ser conectado, desmontado, revertido, adaptado e confeccionado por qualquer pessoa ou grupo social, haja vista que esses atravessamentos de ida e vinda, são construções de pesquisa (Barros; Passos, 2009).

O primeiro relato etnográfico trata dos conteúdos decorrentes de um minicurso, intitulado “Psicologia e Lesbianidade” (2023), cujo pressuposto inicial foi identificar e discutir conceitos de gênero e sexualidade, elucidando a construção histórica que perpassa a vivência de mulheres lésbicas e compreendendo quais marcadores corporais se fazem presentes nos discursos heteronormativos.

O segundo relato etnográfico deriva do debate sobre o filme “*O mau exemplo de Cameron Post*”, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP 14) tendo em vista a campanha do Setembro Amarelo (2022) e no qual participei como convidada para discutir aspectos relevantes sobre as ligações entre sexualidade, gênero e a saúde mental da população LGBTQIAP+, a partir das questões apresentadas no filme.

Estas discussões foram complementadas por uma etnografia digital de matérias jornalísticas sobre as chamadas comunidades terapêuticas. Foram selecionadas algumas notícias que, a partir de 2020, apresentassem relações entre a lesbianidade e experiências vivenciadas nestas instituições. Tais aproximações, ancoradas na cartografia, de acordo com Barros e Passos (2009), permitem que a pesquisa não se restrinja aos descritores e classificadores dos objetos e que o pesquisador trace e intervenha nas grafias que ali se deram. Assim, enquanto redigia meu diário de bordo, pude aproximar-me dos movimentos que também compuseram o compromisso com a pesquisa.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é compreender a constituição subjetiva da identidade lésbica, tendo como objetivos específicos discorrer acerca dos processos de invisibilização da lesbianidade, debater as formas de repressão das vivências lésbicas vigentes nas sociedades ocidentais e, por fim, problematizar a construção dos dispositivos de gênero e sexualidade na atualidade.



O PERCURSO DA PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, ancorada na perspectiva cartográfica, partindo do pressuposto de interpretação do sentido da comunicação, incluindo a busca pela significação (Godoy, 1997).

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (Denzi; Lincoln *et al.* 2006, p.17).

A perspectiva cartográfica, também denominada de esquizoanálise, pragmática ou micropolítica, teve sua fundamentação construída pelo filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari. Inicialmente, tratava-se de um conceito retirado da geografia, que posteriormente foi adaptado às áreas humanas, seja na subjetividade, na política ou na filosofia (Costa, 2014).

A cartografia clássica está localizada na área de conhecimento geográfico, fundamentado em estatísticas, matemáticas, técnicas e instrumentos primorosos. Sua particularidade está inserida no traço de mapas de territórios, fronteiras, demarcações, topografias, regiões, acidentes geográficos e, ainda, na distribuição de sujeitos em determinado espaço, com marcadores étnicos, econômicos, sociais, de saúde, alimentação e educação, entre outros (Prado Filho; Teti, 2013).

Já na cartografia desenvolvida por Deleuze e Guattari (1997), que serve de base para este trabalho, mais do que um mapeamento, busca traçar movimentos, jogos de poder, relações, conflitos, modos de subjetivação, objetivação e estetização. Ao contrário do que é comumente relacionada, a cartografia descrita como social não diz respeito somente aos territórios, mas sim às relações de forças que se entrelaçam no espaço e tempo, conforme as proposições foucaultianas ligadas à metodologia do saber, poder e subjetividade.

É importante perceber que a quantidade de campos e contextos a serem explorados é tão grande quanto a quantidade de cartografias possíveis de serem realizadas acerca deles, o que indica como é essencial ter cautela para se utilizar das ferramentas relacionadas à cartografia, sendo necessária uma estratégia ligada a cada campo que será cartografado. Por



isso, Prado Filho e Teti (2013) apontam que, a partir do ponto de vista cartográfico, o objeto estudado e os métodos utilizados precisam ser enxergados a partir das suas singularidades e relacionalidades, afinal, é uma metodologia que foge da lógica de expor um manual de instruções para ser replicada, pois o foco da cartografia é a flexibilidade para que seja feita uma análise crítica daquelas realidades estudadas.

Em conformidade com o percurso de pesquisa, admite-se que a atuação do pesquisador deve ir além do modelo prescritivo, ou seja, diante das regras e objetivos preestabelecidos. Não obstante, a partir da reversão do método tradicional, a cartografia utiliza-se da orientação de percurso de pesquisa; dessa forma, não diz respeito a ações sem direção, mas em ser o primeiro, durante o processo de estudos, a traçar metas. A diretriz cartográfica é composta por indicações que conduzem a pesquisa de modo a considerar as influências do processo sobre o objeto, os resultados e o pesquisador (Barros; Passos, 2009).

O cartógrafo, como pesquisador contrário à concepção de investigações acerca do mundo das essências, direciona suas perguntas ao processo, visto que se entende o sujeito como autor e compositor da realidade enquanto cartografia. Diferentemente do método de pesquisa positivista, que mantém uma distância entre o campo e o pesquisador, cabe ao investigador explicitar os caminhos percorridos, assim, não há apenas uma coleta de dados, mas também a produção de conhecimentos, que têm como condição o envolvimento no curso da exploração (Costa, 2014).

As questões existentes não se referem aos pensamentos das pessoas; os sujeitos, ao estabelecerem ligações com o objeto, criam questionamentos que trazem reflexão. Por isso, é indispensável que o indivíduo esteja em contato com as informações, para que, a partir daí, comece a pensar nestes movimentos. É importante observar que a movimentação não diz respeito somente ao deslocamento corpóreo. É preciso que o pesquisador esteja atento para que, enquanto observa, não perca o foco de todas as outras informações presentes de maneira implícita. Entretanto, é necessário também que se mantenha levemente distraído, para que não corra o risco de uma percepção demasiadamente inconstante (Deleuze; Parnet, 1988).

Ainda sobre as atribuições de um cartógrafo, Costa (2014, p. 75) discorre:

Suja, a cartografia nunca poderá ter como ideal a transparência e neutralidade; segundo o mais conhecido fragmento de Heráclito, a gente nunca se banha duas vezes em um mesmo rio porque o rio nunca é o mesmo assim como a gente também não o é. No que diz respeito à cartografia diríamos que a gente nunca pisa duas vezes em um mesmo campo de pesquisa; ao lidar com territórios que são moventes, cabe ao



cartógrafo o exercício de uma sensibilidade plural. O saber do cartógrafo é sempre um saber multi/implicado, frágil e um tanto provisório; inseparabilidade entre conhecer e fazer; pesquisar e intervir: toda cartografia é um conhecer-fazendo; cartografar é estar, e não olhar de fora; só se faz cartografia artistando-se.

Para Deleuze e Guattari (1997), sob os pressupostos filosóficos da cartografia, busca-se refletir sobre uma realidade que parta de dispositivos inovadores. Para além dos que foram apresentados nos discursos científicos, ocorre a valorização daquilo que se movimenta nos intervalos, como potencial forma e criação de realidade. Prado Filho e Teti (2013) afirmam que o cartógrafo deve adotar uma postura livre de preconceitos para conseguir se apropriar de tudo o que a realidade observada pode trazer para o andamento do seu estudo. Entretanto, ao contrário do que pode parecer, ao perceber o seu olhar explorador para tudo o que está ao seu redor e que pode servir à pesquisa, o cartógrafo não é mais um colonizador, em busca de riquezas que outras realidades podem oferecer, se colocando ali apenas por um objetivo raso. Na verdade, ele se coloca como um pesquisador que deve estar sempre consciente do seu lugar como estrangeiro e, talvez, até intruso, em determinados espaços, sabendo que não será possível percorrer alguns caminhos para alcançar informações mais específicas e, diante dos percalços, deve ser capaz de encontrar novas formas para atingir os objetivos desejados.

Ao adentrar em novos contextos sociais, outro desafio enfrentado pelos cartógrafos é o de compreender que, em nenhum momento, a ideia é gerar uma reprodução fiel daquela realidade, como uma cópia do que é vivido ali, de acordo com o que os indivíduos naturais daquele espaço vivenciam. É sempre essencial se colocar no lugar de “outro”, mas sabendo que é necessário analisar as tensões e movimentos políticos, sociais, culturais, a construção da subjetividade e das relações daqueles sujeitos, seguindo por um caminho em busca de singularidades daquele ambiente (Prado Filho; Teti, 2013).

Ao desvendar a concepção de criação da realidade, enquanto o pesquisador está em campo, a cartografia aproxima-se da observação de inspiração etnográfica, de modo que, durante o percurso, haverá o contato direto entre o pesquisador e o público-alvo, o que propiciará uma troca profunda, de modificações mútuas, de acordo com as experiências de ambos os lados. Caiafa (2007, p. 148) relata que tal envolvimento dependerá do tema em discussão, visto que a pesquisa etnográfica tem como característica a inclusão do pesquisador, de forma integral, na pesquisa. A autora continua:

É preciso introduzir uma irregularidade na continuidade familiar, há uma interrupção do fio regular do pensamento e da vida. A situação da pesquisa caracteristicamente



oferece atrito, e é esse atrito que impulsiona o pensamento, que traz novidade. Essa é a dificuldade que está em jogo no trabalho de campo – não necessariamente as agruras figuradas nos preâmbulos convencionais.

De acordo com Rocha e Eckert (2008), a etnografia nasceu das necessidades de estudo da Antropologia e trouxe opções de trabalho em campo focadas em ferramentas e procedimentos para coleta e análise de informações a partir da convivência do etnógrafo com o contexto social que está sendo investigado, por um período de tempo específico. A etnografia surgiu como uma resposta para a necessidade de pesquisas que incluíssem mais do relacionamento entre o pesquisador e os indivíduos analisados, a partir das interações possíveis entre eles e das trocas que podem ser feitas diante deste movimento.

Deste modo, no trabalho de campo, é essencial estar disponível para se expor ao novo, para se colocar como parte dos processos durante a investigação. Por isso, a relação entre o pesquisador e os participantes deve ser composta de estima, no sentido de que haja afeição mútua entre os corpos, visto que, assim, o explorador conseguirá acessar diversas nuances dos fenômenos presentes naquele contexto (Deleuze; Guattari, 1997).

Por conta das suas origens na Antropologia, Rocha e Eckert (2008) alertam que a etnografia pode sim ser utilizada por outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, porém, nunca como o método integral, mas, sim, a partir de alguns procedimentos e ferramentas comuns, afinal, o método é exclusivo dos antropólogos. Por esta razão, optamos pelo uso dos termos “inspiração etnográfica” e “relato etnográfico” para fazer referência aos procedimentos e às técnicas utilizadas durante esta pesquisa que tiveram origem no método.

Antes de qualquer coisa, a interação é a razão para o andamento de qualquer trabalho com inspiração etnográfica, afinal, “não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente por pessoas” (Rocha; Eckert, 2008, p. 3). Por ter como base a observação do outro, é necessário ter cautela para observá-lo como uma alteridade, indo em busca de aprender a olhá-lo a partir da ótica mais semelhante possível da qual ele se enxerga, para, efetivamente, descobri-lo, a partir de uma relação dialética. Para isso, o pesquisador precisa ter condições para se atentar às singularidades dos acontecimentos e fenômenos ocorridos naquele meio social de acordo com o seu modo de funcionamento, tentando, ao máximo, se despir de suas concepções próprias neste momento, mas sem recair numa tentativa de se colocar “neutro”, afinal, isso seria impossível (Rocha; Eckert, 2008).



Partindo para as diversas técnicas e procedimentos fornecidos pela etnografia e que estão disponíveis para um trabalho como este, o diário de bordo se mostrou como um dos mais importantes, sendo escolhido como a principal ferramenta para o andamento da pesquisa. Como um relato pessoal, um recurso para registro como o diário de bordo tem uma longa história, afinal, surgiu em meados do século XIX, rompendo com o modelo tradicional de pesquisa que acontecia nos laboratórios, como parte do momento em que o pesquisador se lança ao campo (Rocha; Eckert, 2008).

Rocha e Eckert (2008) apontam a importância que a escrita tem sobre o trabalho de inspiração etnográfica, portanto, a presença de um diário de bordo traz conteúdos essenciais para a construção de uma jornada como esta, afinal, é possível registrar não apenas o que é observado em primeiro plano, mas, também, como o pesquisador está se sentindo e sendo afetado diante dos processos vivenciados, dos desafios, das experiências, expectativas, frustrações, receios e tudo mais o que for possível registrar, para posterior reconstrução de todo o caminho.

Entende-se que o diário de bordo serve como uma grafia da comunicação que, independente do formato de registro – seja no computador, em folhas soltas, em um caderno ou por meio de fotografias –, pode ser conectada, desmontada, revertida, adaptada e confeccionada por qualquer pessoa ou grupo social, haja vista que esses atravessamentos de ida e vinda são parte das construções de pesquisa (Barros; Passos, 2009).

Foucault (1992) chama atenção pelo fato de que, durante a escrita, os processos que costumavam ser individuais ganham a dimensão coletiva, trazendo à tona cenas, falas e diálogos que emergem justamente a partir das vivências em campo. Desta maneira, o diário é colocado como uma prática, também, cartográfica, na qual, enquanto se capta uma multiplicidade de compreensões, não se deve esquecer de, ao filtrar as informações, fazer visível a observação participante (Clifford, 2002).

Dessa forma, enquanto o pesquisador anota o seu relato, as suas dúvidas e percepções, a pesquisa é construída, rompendo com a visão binária entre objeto e sujeito. O diário é capaz de unir os relatos e os acontecimentos ali contidos, afinal, quando é lido e explorado, abre espaço para uma gama de novas possibilidades que rompem com a ideia tradicional de pesquisa solitária, direcionando ênfase às análises de dispositivos que surgiram nas vozes que produziram aqueles acontecimentos (Mello, 2006).



O pesquisador está inteiramente incluído no processo de pesquisa e, certamente, fará parte das implicações de análise; por isso, o registro é tão importante. Uma vez que o pesquisador registra todo o percurso do trabalho, o diário de bordo passa a ser um dispositivo que, além de conter os resultados alcançados, servirá de disparador de novas reflexões (Lourau, 1988).

Tomei o diário de bordo como ponto de partida, visto que o primeiro relato etnográfico deriva de um minicurso, intitulado “Psicologia e Lesbianidade”, realizado no primeiro semestre de 2023, a partir de uma das disciplinas desenvolvidas no âmbito do Mestrado, em que os acadêmicos precisam ofertar algum tipo de atividade de ensino.

Silva (2000) entende que a construção de pesquisa e de sua problemática acontece desde o momento de entrada no campo e que ela permeia todos os processos, como uma condição própria para se pensar a escrita. Levando em consideração as implicações pessoais dos temas aqui abordados, como já citado, os escritos elencados no diário de bordo contaram com tudo aquilo que ouvi e vivenciei, com as histórias que me foram contadas e as possíveis articulações com a literatura presente.

O segundo relato etnográfico tem como ponto de partida o debate sobre o filme “*O mau exemplo de Cameron Post*”, promovido em um evento do Conselho Regional de Psicologia (CRP 14), como já mencionado. Fui convidada a assistir ao filme e, posteriormente, conduzir uma discussão, realizada em setembro de 2022, em meio à campanha do Setembro Amarelo.

Conforme Bauer e Gaskell (2002), as Ciências Humanas e Sociais demoraram para perceber o potencial dos filmes para a produção do conhecimento. Os autores defendem que experiências audiovisuais, tais como as do cinema, não devem ser ignoradas pela ciência, visto que podem auxiliar na compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. A Psicologia também pode aproveitar a riqueza de experiências presentes em filmes e contribuir com análises sobre como a lesbianidade é vivenciada na sociedade, por exemplo.

No terceiro relato etnográfico, inspirados na temática do filme, pensamos em buscar, em âmbito digital, algumas matérias jornalísticas que trouxessem conteúdos relacionados às comunidades terapêuticas presentes no contexto brasileiro, para que seja possível trazer um elemento de proximidade para a realidade vivida no país. Essa discussão está fundamentada na etnografia virtual, que de acordo com Hine (2000), trata-se de uma metodologia para estudos



na internet, que permite a investigação de comunidades, costumes e cultura, em ambiente virtual.

Hine (2000), precursora dos estudos em ambiente virtual, afirma ainda que, a internet possibilita, também, a reestruturação e reelaboração dos atores sociais e produções culturais ali contidos, fomentando a maior compreensão dos processos que costumam ser formalizados durante um percurso de pesquisa. Por ser um ambiente de múltiplas possibilidades de atuação e reflexão, a etnografia digital permite um leque diverso de experimentações diante do acesso às informações e da análise das subjetividades ali presentes.

Assim, a etnografia digital teria dentre os seus objetivos principais “a criação de narrativas audiovisuais colaborativas em uma linguagem que sirva como material de estudo, mas atinja também um público extra-acadêmico” (Fragoso; Recuero; Amaral 2011, p. 198). Desta maneira, Varis (2014) aponta que o meio digital permite ao pesquisador entrar em contato com realidades distintas, que não seriam possíveis de outras maneiras, sendo o jornalismo o grande responsável por isso, ao denunciar e dar voz para casos que ficariam escondidos nestas instituições que se dizem terapêuticas e nunca ganhariam os holofotes de outra forma, permanecendo presos no ciclo da invisibilidade, no qual se beneficiam para continuar funcionando.

Cabe, então, dizer que a etnografia digital tende a construir o conhecimento do objeto, campo de pesquisa e problema a ser discorrido, através de múltiplas formas de exploração e diversas ontologias de análises, uma vez que o universo digital compõe o atual símbolo da contemporaneidade. Portanto, com a bagagem das minhas vivências, aproximações anteriores com o tema e o embasamento teórico necessário para discorrer sobre temáticas tão complexas, se faz necessário dar início a esta construção discorrendo sobre o dispositivo que possibilitou a existência deste trabalho: a sexualidade da mulher lésbica.



MULHERES LÉSBICAS E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

... eu acho que discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.

Judith Butler

Apesar dos fenômenos relacionados à sexualidade não serem nenhuma novidade, a sua noção como categoria de análise para além do caráter biológico dos corpos emergiu em meados do século XIX, demarcando, mediante uma multiplicidade de discursos e práticas, diferentes modos de controle sobre os indivíduos. Diversas pautas foram levantadas para que o conceito pudesse ser formulado, tais como a inovação de normas sobre as práticas sexuais, o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento e, essencialmente, mudanças na forma como cada sujeito valoriza os seus sentimentos, condutas, objetivos, prazeres e desejos (Foucault, 2005; Foucault, 2007).

Desse modo, estes saberes não apenas observaram como os fenômenos relacionados ao dispositivo acontecem, como também permitiram que fossem criadas condutas para direcionar o funcionamento da sexualidade humana não apenas em nível de vivências dos próprios desejos e prazeres sexuais, como também na forma com que ela influencia o seu processo de subjetivação e reconhecimento de si (Foucault, 2005; Foucault, 2007).

Por isso, indo em busca de discorrer sobre a construção das noções de sexualidade presentes nas sociedades ocidentais para compreender como a identidade das mulheres que se relacionam afetiva, sexual e romanticamente, de maneira exclusiva, com outras mulheres percorreu o caminho até serem consideradas lésbicas, discorrendo sobre um histórico de invisibilidades, discriminações e violências às quais elas estiveram expostas.

Para dar início à discussão, trago as ideias de Foucault, que enxergava a sexualidade como um importante dispositivo histórico, por se tratar de:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244).



A partir do momento em que se adentra nas obras de Foucault, é possível perceber como as noções de sexualidade e de gênero estão intimamente ligadas à construção de uma subjetivação dos indivíduos e da visão de sujeito que o autor trouxe consigo. Para ele, não era necessário ir em busca de explicações absolutas e universais do que faz os seres humanos se tornarem sujeitos, de suas origens, soberanias, como detentores de conhecimento, afinal, Foucault pensava que neles como indivíduos formados a partir das relações sociais e de poder, dentro das suas concepções específicas para estes conceitos (Foucault, 1984).

Desta maneira, não existem sujeitos pré-estabelecidos, como muitas correntes filosóficas afirmaram ao longo da história, ao tentar compreender a formação do ser humano e de sua identidade, pois, neste caso, seriam frutos de relações de poder vigentes no seu tempo. Como tais relações não são estáticas e se movimentam constantemente, de acordo com o grupo sócio-cultural em que um indivíduo está inserido, são elas as responsáveis pelas regras, códigos de conduta e pressupostos para a vida naquele ambiente, em determinado momento histórico (Foucault, 1984).

Partindo desse pressuposto, sexualidade e gênero foram historicamente construídos a partir de ideias embasadas em características biológicas capazes de enquadrar os corpos diante de uma visão binarista e sexual, em que existem apenas homens e mulheres. Contudo, dada a extrema complexidade do ser humano, é inviável tentar manter explicações sobre os seus modos de vida e de construção da própria identidade apenas por um viés estritamente físico, o qual, inclusive, pode se deparar com dilemas frente a fenômenos que fogem do que é usual, como é o caso de pessoas interssexo (Weeks, 2000).

A intersexualidade, antes conhecida como hermafroditismo, diz respeito aos indivíduos que nascem com características físicas e genitais que impedem a determinação do gênero a partir do sexo, afinal, em alguns casos, estas pessoas possuem traços que podem ser lidos tanto como masculinos, quando como femininos. Apesar de se colocar como um obstáculo para os discursos médicos, políticos e judiciários pautados no determinismo biológico, é importante frisar que não são todas as pessoas dentro do espectro da intersexualidade que comportam atributos que “confundem” a noção de gênero pautada no sexo, porém, em muitos casos essas pessoas estão sujeitas a mutilações e a viver de acordo com o que alguém coloca para si como o correto, mesmo que seja contra a sua vontade (Weeks, 2000).



Como exemplo de um caso de pessoa intersexo com uma história marcante, traremos mais sobre Herculine Barbin, que viveu ainda no século XIX e foi vítima de múltiplas violências por ser considerada como alguém com “sexo indeterminado” e, além da discriminação na qual foi exposta durante toda a vida, ainda foi obrigada a “trocar” de sexo, o que foi o estopim para ela e, inclusive, foi registrada como a principal causa para a sua morte por suicídio, alguns anos depois (Weeks, 2000).

Ao nascer, Herculine foi designada como mulher, de acordo com as suas características sexuais marcantes, porém, quando estava com mais de 20 anos, depois de fazer diversas confissões para médicos e padres, perceberam que ela apresentava desejos, comportamentos e possíveis características corporais que levaram a considerá-la oficialmente como pertencente ao sexo masculino. Entretanto, durante o período em que era lida como mulher e tinha o nome de Alexia, ela relatou em seus diários como sempre se sentiu diferente das outras meninas desde a infância, o que permitiu que vivenciasse muito cedo sentimentos de solidão, insatisfação e confusão sobre si (Butler, 2003).

Em seus diários, Herculine se referia a suas características corporais “indeterminadas” sem entrar em detalhes, mas com uma notável insatisfação tomando conta dos escritos. Com o passar dos anos, foi contando sobre a sua condição como um “erro natural, errância metafísica, estado de desejo insaciável e solidão radical [...]” (Butler, 2003, p. 145), fazendo crescer sentimentos de inadequação e raiva de si, dos outros e do mundo, algo que foi percebido até os seus últimos escritos, antes de sua morte.

Herculine viveu boa parte da vida em escolas católicas para meninas, onde teve diversas relações amorosas com colegas e com as chamadas “mães” do convento. Apesar disso, o seu grande amor foi Sara, com quem compartilhou muitos sentimentos, mas cuja história teve um fim abrupto, após as suas confissões, que levaram à mudanças jurídica do seu sexo, também ocasionaram o término forçado do relacionamento. Após Alexia ter que mudar o seu nome para Herculine e ter que se comportar como um homem diante da sociedade, Butler (2003) chama a atenção para a ideia errônea de que Herculine estaria livre para viver as suas relações com outras mulheres, agora que era lida como homem, pois todo este processo afetou consideravelmente as suas percepções de si e a insatisfação e confusão sobre quem era, na realidade, fazendo com que ela continuasse presa a todos esse questionamentos.

A história de Herculine Barbin se tornou amplamente conhecida após a publicação de alguns trechos de seus diários no livro “*A história da sexualidade I*”, de Michel Foucault



(1988), o qual ainda fez um prefácio para a publicação integral dos escritos, separadamente. De acordo com Butler (2003), o interesse de Foucault em Herculine veio como um questionamento para as concepções de categorização do gênero e da sexualidade humana a partir de características biológicas do sexo. A autora aponta que a visão de Foucault sobre o sexo parte do pressuposto de que as funções corporais trouxeram um caminho mais simples para categorizar e regular diversos significados em relação à identidade sexual dos indivíduos, logo, em uma situação na qual a lógica binária que divide tais noções entre homens e mulheres, essa ideia é refutada por sujeitos que fogem às características comuns e esperadas, que seriam o norte para a definição de gênero. Seria como um prenúncio do “desaparecimento” do sexo como principal meio para as concepções de gênero vigentes. Desta forma, Foucault acreditava que os inúmeros significados e processos psicológicos ligados ao “sexo” seriam dispersados, abrindo possibilidades de se pensar de modo mais abrangente do que o simples binarismo biológico traz (Butler, 2003).

Para Butler (2003), a visão de Foucault sobre o sexo apresenta novas formas de se pensar sobre os prazeres e as experiências diante dele, também, como ato, que estão disponíveis para o ser humano, afinal, se nem a categorização primordial de quem é homem ou mulher não precisa seguir ideias tão restritas, por que as vivências deveriam ser reduzidas a critérios generalistas, que excluem qualquer manifestação divergente?

Voltando para Herculine, Butler (2003) salienta que Foucault analisa o “mundo sexual” de Herculine como um contexto em que os prazeres vividos corporalmente não necessariamente estariam relacionados ao sexo da forma como a sociedade enxergava à época, por fugir de qualquer categorização sobre o sexo vigente. Assim, Herculine vivia as suas experiências sexuais e dos prazeres de acordo com uma lógica mais afetiva e sentimental de quem a atraía, não por ideias impostas para homens ou mulheres como corretas. Este ponto de vista traz à tona uma conexão com os discursos do autor nas suas obras que buscam remontar a história da sexualidade, pois ele sempre busca encontrar os tons de emancipação dos indivíduos de acordo com as próprias vivências da sexualidade.

Para Butler (2003), Foucault tentou utilizar da história de Herculine como prova para as suas teorias relacionadas à emancipação da sexualidade e as experiências dos prazeres do ser humano, porém, encontrou dificuldades para analisar as contradições que a condição biológica de Herculine apresentava por ter em seu corpo características que traziam dificuldades para:



[...] separar conceitualmente a descrição de suas características sexuais primárias, de um lado, e de outro, sua identidade de gênero [...] e a direção e os objetos de seu desejo. Ela/ele própria/o presume em vários momentos que seu corpo é a causa de sua confusão de gênero e de seus prazeres transgressivos, como se fossem ambos tanto resultado como manifestação de uma essência que de algum modo fica fora da ordem natural/metafísica das coisas. Contudo, ao invés de entender seu corpo anômalo como a causa de seu desejo, sua aflição, seus casos e suas confissões, devemos ler esse corpo, aqui plenamente textualizado, como o signo de sua ambivalência insolúvel, produzida pelo discurso jurídico sobre o sexo unívoco (Butler, 2003, p. 147).

Partindo por este caminho, podemos perceber que as formas de singularização da vida são reguladas por regras de convivência socialmente estabelecidas, sendo que as questões biológicas ainda são primordiais. Entretanto, no caso das pessoas LGBTQIAP+² e, em especial, das mulheres lésbicas, os espaços sociais tendem a ser marcados por um contexto invisibilizador, tornando-se um lugar de prova ao corpo LGBTQIAP+, que, a partir da vivência em um ambiente heteronormativo, se depara com a rejeição, que busca moldar subjetividades. Consequentemente, estes corpos, no meio social, agem como denúncia às institucionalizações que buscam controlar a vida em variadas dimensões (Deleuze; Guattari, 1997).

A heterossexualidade é a representação considerada como norma para se vivenciar a sexualidade em muitas sociedades ainda vigentes. A construção de uma normatividade heterossexual, chamada de heteronormatividade, é longa e chegou no ponto em que está por ter se tornado uma lógica institucionalizada diante de práticas religiosas, científicas, jurídicas, educacionais, sociais e culturais. Assim, é possível falar que a heteronormatividade está impregnada nos processos de socialização e nas relações de poder de todos os indivíduos que fazem parte destes contextos sociais, ditando as expectativas de condutas e vivências dos próprios desejos e afetos de acordo com o seu funcionamento, como se fosse o padrão a ser seguido (Volpato; Oliveira, 2021).

Por conta da heteronormatividade, a ideia de uma heterossexualidade compulsória se torna ainda mais presente, afinal, é o caminho “certo” a se seguir e qualquer experiência destoante pode enfrentar julgamentos e até punições por não cumprir com tais expectativas. A heterossexualidade em si não é um problema, afinal, é mais uma das múltiplas formas de expressão da sexualidade humana. O problema está nesta tentativa de padronização e, de certa

² LGBTQIAP+: Movimento lésbico, *gay*, bissexual, transexual, transgênero ou travesti, *queer*, intersexo, assexual, pansexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.



forma, demonização do que foge às regras, como a perseguição que a população LGBTQIAP+ ainda sofre (Volpato; Oliveira, 2021).

Outra grande questão é quando entra na equação o heterossexismo, que, segundo Herek (1992), é mais uma ferramenta do apagamento das existências não-heterossexuais, fruto da heteronormatividade, que parte do pressuposto de que nenhuma destas expressões distintas são válidas, abrindo caminho para discriminações diversas. As minorias LGBTQIAP+, ao estarem envolvidas nestes processos fundamentalmente heterossexuais, que tentam homogeneizar o erotismo, a sensualidade, o corpo e a sexualidade, têm suas características subjetivas afetadas diante das suas próprias vivências íntimas e públicas, causando impactos significativos na sua subjetividade. Por isso, as normas regulamentadoras de poder são capazes de influenciar de forma considerável a realidade destes sujeitos, visto que as políticas de hierarquização não somente agem sobre as expressões do corpo, mas também sobre os locais em que é permitido que estes indivíduos frequentem, como devem se vestir e se portar (Moraes, 2013).

No que tange à vivência de mulheres lésbicas, é possível observar as tentativas constantes de invisibilizar as suas existências, a partir de suas intersecções: primeiro, com a desqualificação pela sua condição de ser mulher em um mundo pautado por uma lógica de favorecimento masculino; segundo, com a desvalorização de sua orientação sexual, partindose da primazia heterossexual; em terceiro, ainda há outras questões que podem entrar na equação, como a sua classe social, etnia e expressão de gênero, por exemplo. Assim, o modo de existir das mulheres lésbicas perturba a ordem vigente, pois vai contra o modelo binário de gênero e sexualidade (Swain, 2000).

Entretanto, não é compatível afirmar a ideia de que o meio social estaria, durante toda a vida do sujeito, em busca do controle da sexualidade humana, a fim de romper com uma ordem sexual liberal. É possível dizer que os argumentos centrais ignoram a concepção de que a sexualidade deve vir a ser como um aparato histórico, desenvolvido como participante de uma rede de regulações sociais, que organizam e modelam os corpos e os seus comportamentos. A sexualidade não poderia ter seu funcionamento de forma contrária ao poder, uma vez que nasceu envolta nos modos pelos quais ele atua e regulamenta a vivência desses corpos (Foucault, 1979).



Outro fator que deve ser destacado é a questão da invisibilidade na qual essas mulheres estão expostas e que pode ser problematizada a partir da análise de como a história humana é contada a partir de óticas hegemônicas, que desconsideram, por muitas vezes, questões de gênero e sexualidade nas suas observações, o que provoca, em primeira instância, um apagamento imediato de vivências destoantes do que se compreende como correto (Scott, 1998).

Para isso, apresentamos os postulados Scott (1998), em que ela debate a questão da invisibilidade a partir da análise das experiências, no sentido do resgate e das buscas históricas sobre as sociedades ocidentais e de que maneira o fenômeno pode ser observado de outras formas. Ela coloca a história como conhecemos como uma área do conhecimento pautada em normativas das épocas em que as análises de tempos passados foram realizadas, logo, muitos tópicos e características de sociedades que existiram previamente não tiveram o devido peso nas análises e caíram no esquecimento.

Neste ponto, é necessário retomar as ideias de Haraway (1988) sobre o compromisso da ciência de situar o conhecimento de acordo com as características e particularidades que fazem os fenômenos serem únicos. Portanto, não é possível analisar as invisibilidades nas quais as mulheres lésbicas estão sujeitas ao longo da história e até os dias vigentes sem destrinchar os motivos e movimentações que ocorreram em cada período histórico para proporcionar tal resultado na vida de tantas pessoas.

A questão da invisibilidade está diretamente ligada à experiência, considerando que a história foi e continua sendo remontada, em grande parte, por homens brancos, que estão em posições mais altas da hierarquia social do patriarcado e, por isso, vivenciam os movimentos do tipo de maneiras muito distintas, pois não sofrem tanto com os impactos dos quais essas minorias estão sujeitas. O que não quer dizer que eles estão imunes a tudo o que pode acontecer às minorias, pois esta seria uma pontuação equivocada. O ponto é que as investigações históricas, por muito tempo, se embasaram em uma série de normas que excluem determinadas pautas do centro do debate, impossibilitando que tópicos importantes fossem destacados por não serem tratados como essenciais, de acordo com os parâmetros normativos de cada época (Scott, 1998).

Isto significa que estes homens conduziram as suas pesquisas de acordo com as próprias experiências e o que eles consideravam ser importante para as suas vidas, logo, para Scott (1998), a reconstrução da história humana deixou tantas lacunas em momentos e aspectos



imprescindíveis por conta da falta de outras experiências que representassem um contraponto a esta hegemonia. Assim, a visibilidade dada para experiências distintas se coloca como uma possibilidade de evidenciar as diferenças, de que formas elas se estabelecem e são capazes de constituir os indivíduos de um determinado momento histórico ou grupo social. Para uma explicação mais robusta, a autora pontua:

[...] a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados - aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida entre, digamos, práticas sexuais e convenções sociais, ou entre homossexualidade e heterossexualidade. Histórias que documentam o mundo escondido da homossexualidade, por exemplo, mostram o impacto do silêncio e repressão nas vidas que foram afetadas e trazem à luz a história de como foram suprimidos e explorados. Mas o projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação, suas premissas sobre o que essas categorias significam e como elas operam, e de suas ideias de sujeito, origem e causa (Scott, 1998, p. 302).

Ainda no que diz respeito à importância de se considerar a experiência ao observar os fenômenos que invisibilizam ou proporcionam visibilidade para determinados grupos e vivências, podemos realizar um encontro entre os escritos de Scott (1998) e de Ribeiro (2017), remontando às questões de lugar de fala, mas no âmbito das pesquisas; afinal, somos atravessados por experiências específicas as quais o grupo social no qual pertencemos está sujeito, diante dos privilégios e vulnerabilidades disponíveis, portanto, é essencial pontuar algumas informações sobre as origens e marcadores sociais de pesquisadores ao observar estudos que buscam relatar as visibilidades das experiências de minorias, em especial.

Scott (1998) ainda traz as observações de Samuel Delany, um notório intelectual estadunidense, negro e gay, acerca das evoluções dos movimentos pela luta dos direitos de homens gays, especialmente, ao longo do século XX, em especial, após o início da pandemia de HIV/AIDS, que assolou grande parte das populações LGBTQIAP+ ao longo das décadas de 1980 e 1990. A autora aponta que Delany percebe um movimento de visibilidade para tais grupos minoritários a partir daí, além de incluir diversas outras questões, que permitiram que a sociedade hegemônica desse luz às pautas e necessidades da comunidade LGBTQIAP+ na época, demonstrando de forma clara como este movimento de proporcionar maior visibilidade de experiências antes invisibilizadas acontece.



Números - corpos em massa - configuram um movimento e este, mesmo subterrâneo, desmente silêncios impostos sobre a extensão e a diversidade das práticas sexuais humanas. Tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos. (Scott, 1998, p. 298)

Postulados como estes entram no terreno da quebra dos silêncios impostos para grupos invisibilizados ao longo do tempo, a partir de lutas dos mais diversos tipos para garantir direitos básicos de sobrevivência, sem precisarem viver às margens da sociedade, como não-humanos, em muitos casos (Scott, 1998).

Scott (1998) ainda avança ao tratar as vivências da sexualidade humana que se colocam como destoantes da noção heterossexual hegemônica como o caráter medidor dos limites e das diferenciações entre elas, a partir da oposição do que é parte da norma e tudo o que foge do repertório esperado, que é deixado de lado como o estranho. Mesmo que pareça uma mentalidade dicotômica e simples, ela se apresenta com uma complexidade muito maior do que se pode imaginar, em especial com o foco em como as mulheres lésbicas rompem a barreira das expectativas não apenas da heterossexualidade, como, também, da feminilidade.

Muitas mulheres que se opuseram ao modelo de feminilidade tradicional, expressando características consideradas “masculinizadas”, tendem a sofrer uma marginalização mais intensa do que aquelas que desempenham uma feminilidade mais próxima do que é normativo. Isso porque, ao rejeitar o tradicionalismo de gênero, a mulher lésbica passa a ser considerada como um sujeito fora da ordem “mulher” e, inclusive, é indagada sobre um possível desajuste de hormônios e de formas corporais e genéticas. Além disso, os fatores sociais são elencados como maneira de justificar o viver lésbico, como vivências familiares desestruturadas ou até mesmo possível abuso sexual na infância (Souza, 2012).

Retomando as questões de invisibilidade das experiências, trazidas por Scott (1998), é possível adentrar em uma questão que perpassa muitas discussões sobre as lutas por direitos e representação entre grupos minoritários, aqui colocados a partir do viés de mulheres lésbicas: a confusão sobre os motivos pelos quais elas tanto estão lutando. Pode parecer óbvio para muitas pessoas as razões que levam estas mulheres a irem em busca de sua voz, para expor suas existências e serem reconhecidas, porém, muitos outros indivíduos continuam sem compreender o que motiva tudo isso.

Como qualquer fenômeno humano, a resposta não é simples! Apesar disso, não é impossível perceber que estas mulheres buscam há séculos o reconhecimento de suas existências de forma genuína, não apenas pela opinião pública, mas em relação às mais diversas



instâncias normativas. Para isso, seria necessário quebrar os muros da heteronormatividade e do heterossexismo, que tanto escondem expressões destoantes do que é considerada a norma, o que não é uma tarefa fácil e muito menos rápida (Scott, 1998).

Para concluir esta seção inicial, é possível afirmar que, ao resgatar concepções históricas, filosóficas e ideológicas que perpassam as construções das noções de lesbianidade que estão vigentes na atualidade, foi possível apresentar mais sobre os movimentos de invisibilidade e discriminação nos quais mulheres lésbicas estiveram expostas ao longo da história e perceber que não se trata de um fenômeno simples, mas, sim, de múltiplas movimentações que levaram ao cenário em que vivemos.

Apesar de ter rendido uma discussão ampla, ainda não é o suficiente para alicerçar as bases necessárias para entender como a subjetividade lésbica é construída, logo, é preciso dar continuidade a esta discussão na próxima seção, levando em conta a centralidade que as questões de gênero apresentam em relação às questões de invisibilidade das experiências de mulheres lésbicas. Para isso, serão abordados os contextos sociais, históricos e culturais responsáveis pela constituição do processo de subjetivação da lesbianidade, tendo, então, a análise dos processos, e não meramente do objeto.

Gênero e o viver lésbico

As noções de gênero se colocam de maneira muito mais complexa do que as ideias hegemônicas tentam determinar, inclusive como elemento fundamental para nortear a identidade de cada pessoa em uma sociedade. Logo, para compreender os aspectos capazes de explicar a construção subjetiva da lesbianidade e das sexualidades humanas, é essencial pensar sobre o gênero de maneira crítica, apontando as suas direções e contradições, assim como Butler (2003) propõe. A autora postula que o conceito de gênero foi concebido para abarcar os fenômenos que compõem a identidade humana e que vão muito além das suas características biológicas, visto que se coloca como uma construção mais social e cultural do que qualquer outra coisa.

Apesar de não discordar da existência deste dispositivo, Butler (2003) problematiza o fato de que, na tentativa de se opor ao determinismo biológico, a noção de gênero produzida



pelos primeiros estudos feministas acabou se tornando o que tanto criticou, ao menos em partes.

O seu problema está na

[...] ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p. 26).

É como se o determinismo biológico tivesse sido substituído pelo cultural, porém, por se tratarem de direcionamentos distintos, as suas influências também se diferem. Butler (2003) chama a atenção para a suposta liberdade que existiria ao levar em consideração a construção cultural do gênero, visto que, sem as amarras do que deve ser esperado para quem porta características biológicas específicas, as possibilidades de identificação ultrapassam a barreira corporal e se abrem para caminhos diversos. A contradição se coloca pelo fato de que tal “escolha” é feita diante de um poder hegemônico ainda muito embasado na questão sexual como parâmetro para o gênero, ou seja, ainda exerce força o suficiente para que as concepções de como se deve performar o gênero estejam presas em uma ideia binária de masculino e feminino. Por esta razão, outras identidades de gênero não foram mencionadas em tais pontuações, por se tratar de uma crítica ainda muito pautada no seu binarismo.

Com as expectativas perpetuadas desde o ventre, ao descobrir o sexo do bebê, do que homens e mulheres devem ou não fazer, é esperado que este conjunto de “leis” sócio-culturais afetem como os sujeitos vivenciarão a sua sexualidade. Em uma sociedade baseada na heterossexualidade compulsória, a mera possibilidade de que determinados indivíduos ajam de modos destoantes ao que é esperado é uma afronta ao seu *modus operandi* (Butler, 2003).

Todavia, para compreender como a construção das concepções hegemônicas de gênero e sexualidade influenciaram a ideia da lesbianidade, é essencial observar algumas questões cruciais. A primeira delas é o fato de que a luta das lésbicas sempre esteve concomitante com a busca por direitos das mulheres, dentro e fora dos movimentos feministas. Toma-se como exemplo a integração do conceito de gênero como igualdade de direito entre mulheres e homens, que aparece em meados de 1945, com a publicação da Carta das Nações Unidas, em São Francisco, nos Estados Unidos. A orientação política que se desdobrava ao redor do mundo, juntamente com os movimentos de luta pelos direitos das mulheres, atingiu



novos graus de importância na década de 1960. As discussões sobre gênero foram dirigidas para o reconhecimento dos entraves sociais e culturais que impedem a implementação de políticas de direitos humanos das mulheres, focadas na eliminação das discriminações (Tomasevski, 1998).

Desta forma, a conquista de mais espaço entre as mulheres obteve avanços significativos, de fato, apenas em 1979, quando ocorreu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, em Nova York, em que foram definidos os objetivos e os recursos para a concretização de maiores direitos e a busca da tão sonhada igualdade de gênero (Amâncio, 2003).

Os estudos críticos sobre o gênero surgiram, de maneira incisiva, como uma denúncia às teorias dos marcadores biológicos da década de 1970, quando se passou a investigar, de forma privilegiada, os fatores históricos e sociais que produziam saberes acerca do sexo como um divisor social (Amâncio, 2003). Desse modo, é importante entender como a categoria gênero, antes de se tornar um discurso teórico e político, inicialmente se instituiu a partir de discursos que pressupunham uma família patriarcal, em que o papel da mulher era relegado apenas à reprodução e ao cuidado, no âmbito doméstico.

As aproximações entre o feminismo e a lesbianidade ao longo das últimas décadas se deu de maneira complexa, haja vista que houve um longo caminho, que ainda está sendo percorrido, para que houvesse algum tipo de convergência entre as duas categorias. Em primeiro lugar, Mezzari (2017) aponta um dos grandes problemas das primeiras organizações feministas, que se utilizaram das possibilidades de acesso da branquitude para reivindicar pautas muito mais direcionadas a mulheres brancas, heterossexuais e, no mínimo, de classe média, sem abarcar questões vividas por outras, que fugissem destas caracterizações.

A falta de espaço político e social fez com que as mulheres lésbicas que não se enquadram nos recortes do movimento vigente partissem em busca de reconhecimento de suas vivências e de buscar os seus direitos tentando conquistar um espaço nas movimentações feministas vigentes ao longo do século XX. É essencial compreender que, mesmo que a chamada transversalidade tenha sido considerada para as lutas feministas apenas em meados da década de 1980, momento em que questões de raça, sexualidade e classe entraram com mais força nas discussões, é inegável que as mulheres que não faziam parte do que representava o feminismo anteriormente estavam paradas, esperando que algum espaço fosse aberto para dar visibilidade às suas reivindicações (Bento, 2017). Por se tratar de um tópico de extrema



importância, a transversalidade dentro dos movimentos feministas, relacionada à lesbianidade, será melhor discutida na próxima seção.

No momento, interessa saber que, apesar de ainda encontrar resistência em algumas vertentes do feminismo, em geral, existiram direcionamentos do movimento que permitiram a amplificação dos objetivos dessas lutas para um outro caminho, que não buscava apenas eliminar as discriminações de acordo com a ótica hegemônica, como também deu voz para discussões antes ignoradas, como as políticas ligadas à sexualidade, ao racismo, às orientações e identidades e às performances de gênero (Firmino; Porchat, 2017).

Assim, com base nos postulados de Foucault (2007), a sexualidade ultrapassa o foco individual e torna-se uma questão política e crítica, envolta em questões sociológicas cuja prática de discurso é pautada em um conjunto de princípios históricos do tempo e espaço, que definem as maneiras de exercício da sexualidade por meio de conjuntos de materialidades e os seus atravessamentos. É a partir desta perspectiva que se encontra a concepção de gênero como um elemento constituinte das relações sociais, ainda muito embasada nas divergências entre os sexos, além da importância do gênero como forma inicial das relações de poder (Scott, 1995).

Dentre as inúmeras formas de relações de poder existentes, talvez uma das mais importantes seja a dicotomia entre homens e mulheres, no ponto em que a sexualidade feminina é definida posteriormente e colocada como inferior à masculina. Há, por exemplo, a Igreja e o Estado, que estão constantemente interessados nas vivências sexuais das mulheres, sempre buscando ter o controle dos seus corpos, nos mais diversos âmbitos. Por consequência, as identificações sexuais postas ao meio são forjadas diante dos percalços das definições e indefinições, tornando-se um assunto complexo e essencial para a atuação de poder na sociedade moderna (Weeks, 2000).

Tem-se a necessidade de, a partir de concepções binárias de gênero acerca do feminino e do masculino e de suas implicações na sexualidade, investigar e desconstruir o conceito de gênero, tendo como ponto de partida seus fundamentos. O gênero é um aspecto da vida que tem o poder como forma de articulação. Nas palavras de Foucault (2006, p. 231-232):

[...] quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto maior astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. [...] As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os



país e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo.

As novas políticas e os aprofundamentos no assunto, bem como a resistência das políticas acerca da sexualidade, presentes nos movimentos feministas, raciais e LGBTQIAP+, lançaram questionamentos sobre as certezas sexuais vigentes na tradição cultural, inclusive sobre as mulheres lésbicas. Tais movimentos buscam compreender as variadas formas de poder e dominação que moldam a vida sexual das pessoas (Weeks, 2000).

Ainda há a concepção de que as transformações de poder dentro do contexto familiar, aliadas ao conjunto das variadas reafirmações do binarismo de gênero quanto aos papéis sexuais e sociais, tornaram possível compreender as razões pelas quais os marcadores sociais dos sujeitos fogem das conformidades hegemônicas sociais de tais identidades (Weeks, 2000).

Desse modo, para ir além das expectativas sociais impostas às pessoas LGBTQIAP+, torna-se necessário compreender que gênero é, antes de tudo, uma performance. Como Butler (2000, p 121) explica:

A performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou um conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa inevitabilidade, dada a impossibilidade de uma plena revelação de sua historicidade). De acordo com o relato bíblico performativo, isto é, “que se faça a luz”, parece que é em virtude do poder do sujeito ou de sua vontade que um fenômeno é trazido à nomeação, à existência.

Para Salih (2013), as identidades de gênero não existem anteriores aos atos dos indivíduos, ou seja, elas são construídas junto às vivências, inéditas ou não, que produzem movimentos rumo ao que consideramos minimamente fixo, como foram se construindo as ideias do que é esperado para pessoas do gênero masculino e feminino ao longo do tempo, as ditas performances.

A partir do momento em que se presume que sujeitos com características corporais específicas devem agir de acordo com um manual de condutas específico e segui-lo pelo resto da vida, já que, se o indivíduo tiver alguma ação destoante, pode ter a sua identidade invalidada,



mesmo que não seja forçada a assumir as performances esperadas para o outro gênero, seguindo esta lógica binária. Por isso, as performances de gênero estão intimamente relacionadas às experiências de sexualidade, afinal, em sociedades pautadas pelo sexo tanto como característica biológica, quanto como símbolo e experiência, as categorias se encontram e confluem rumo à criação de novas regras e caminhos para viver, de acordo com as normatividades vigentes (Butler, 2003).

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (Butler, 2003, p. 59).

Tal processo não somente afeta estes indivíduos, impossibilitando a execução de ações que fogem do esperado, como também esvazia as suas possibilidades de agir como participantes de uma prática imanente ao poder. Logo, a lógica para essa censura está diretamente envolvida no processo de performatividade, visto que descreve o poder sobre o sexo em diversos níveis, sejam eles baixos ou altos, em decisões gerais ou individuais, não cabendo às instituições agir de maneira diversa, mas unificada (Butler, 2000).

As performances de gênero, por estarem de acordo com regras de conduta esperadas dentro de determinados grupos sociais, podem ser cruciais para a sobrevivência e a segurança de muitos sujeitos que não cumprem tais expectativas sociais. Por isso, muitas pessoas buscam viver dentro das normatividades esperadas para os contextos em que vivem para ter mais segurança, afinal, pode ser muito perigoso performar os seus anseios e as suas verdades se vão contra o que é esperado pela maioria (Butler, 2003).

Partindo desse princípio, na contemporaneidade, os movimentos sociais, em específico os compostos por grupos historicamente vulnerabilizados, têm como pautas principais de luta para se estabelecerem mediante práticas e discursos que articulem marcadores diversos de identidade, como gênero, corpo, raça, sexo e classe, entre outros. Sendo assim, a comunidade LGBTQIAP+ conta com identidades e diferenças próprias, distintas entre si, haja vista que os indivíduos desses grupos procuram o reconhecimento de sua autenticidade (César, 2014).

A maior parte das sociedades ocidentais vigentes têm como mote a valorização de corpos brancos, heterossexuais, de classe média/alta e magros, logo, uma das formas utilizadas para organizá-los na lógica binária do que é esperado de homem e mulher é ignorar qualquer



produção histórica singular de sujeitos que fogem das normas dentro dos grupos sociais (Moraes, 2013). É importante frisar, ainda, que essas minorias são qualitativas, ou seja, não representam a quantidade de indivíduos afetados pelos processos de subjetivação, mas se referem, justamente, ao pouco espaço de representação disponível para as suas existências.

A normalização da subjetividade de sujeitos e de processos implica em consequências importantes, pois, partindo das normas regulamentadoras de poder, que são responsáveis diretas por influenciar a realidade vivida pelas pessoas LGBTQIAP+, mantém a hierarquização de determinados grupos em detrimento de outros; e, ainda, não age somente no escopo das expressões do corpo, como, também, inclui a apropriação dos locais disponíveis e até os códigos de vestimenta dentro das normas esperadas (Moraes, 2013).

Para compreender a ocorrência dos fenômenos de invisibilização da comunidade LGBTQIAP+ na realidade, é necessário observar como tais processos se dão, em especial no contexto brasileiro, a partir da apresentação de dados estatísticos, que podem promover uma noção concreta do que é vivido no país por membros desses grupos. Além disso, cabe analisar como outros processos sociais convergem ou divergem.

A violência contra pessoas LGBTQIAP+ dá ao Brasil o posto de um dos países que mais matam e discriminam essa população no mundo, visto que, de acordo com dados contidos no relatório emitido pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), a nação se encontra em primeiro lugar no *ranking* dos países das Américas em relação a homicídios de LGBTQIAP+. Para se ter uma ideia, informações do relatório indicam que a cada 19 horas uma pessoa LGBTQIAP+ é morta no Brasil por alguma razão relacionada à sua identidade sexual ou de gênero, o que diminui consideravelmente a expectativa de vida desses indivíduos para, em média, 35 anos – idade que pode aumentar ou diminuir, de acordo com as vivências de cada grupo que compõe a comunidade, dado que algumas pessoas estão em maior situação de vulnerabilidade do que outras (Segalla, 2021).

As violências são heterogêneas e contam com históricos familiares, escolares, policiais e trabalhistas, utilizando-se de valores heteronormativos que estigmatizam as diversas formas de experienciar a sexualidade. Dessa forma, tais valores construídos permanecem hegemônicos e estratégicos, e calam mulheres lésbicas diante das injustiças com uma falsa concepção do que é ou não legítimo em seus direitos (Amaral; Toneli, 2013).



Analisar como as violações relacionadas a como questões de gênero afetam a população desde tempos mais distantes é essencial, afinal, além de permitir a compreensão de como tais formas de tratamento para indivíduos que representassem algum tipo de quebra de expectativas quanto às performatividades se desenvolveram nas sociedades ocidentais, segue-se uma lógica biologicista para pensar a questão. Logo, mais do que observar como as expressões de sexualidade que fogem do ideal heterossexual foram estigmatizadas em favor da noção de identidade padrão e “natural” do ser humano, tem-se a concepção, para qualquer desvio, do lugar de anormalidade e perseguição, que foi desde a criminalização de estilos de vida distintos que ferissem tal padrão até a patologização dessas pessoas (Weeks, 2000).

Retomando as reflexões propostas por Toledo (2008), tais questões relativas à estigmatização das sexualidades destoantes da heterossexualidade recaem na construção de estereótipos e expectativas diante das suas ações e comportamentos. No fim das contas, independente se representam tais expectativas generalizadas ou não, estes indivíduos estarão sujeitos aos mais diversos tipos de violações, portanto, se faz necessário analisar como tais papéis são constituídos e colocados diante da identidade lésbica.

Com a retomada sobre as concepções de gênero e de performatividade e como tais ideais se construíram diante das tentativas de normatizar e padronizar quais sujeitos vivenciavam experiência válidas e quais deveriam se adequar às normas, o panorama se abre para enxergar os fenômenos que abarcam as concepções da lesbianidade e a construção da subjetividade de mulheres lésbicas na sociedade contemporânea de acordo com múltiplas movimentações sócio-histórico-culturais e políticas que atentam à existência e à liberdade destes corpos em viverem como desejam e como são, nas suas realidades. Para dar continuidade à discussão e aprofundar as concepções de lesbianidade, na próxima seção será apresentada a questão dos marcadores sociais e dos estereótipos e como eles afetam o desenvolvimento da subjetividade de mulheres lésbicas ao redor do mundo.



Lesbianidade e estereótipos: marcadores sociais

A busca por caracterizar os fatores e dispositivos que afetam, de uma forma ou de outra, a construção da subjetividade de mulheres lésbicas e as concepções de lesbianidade nas sociedades ocidentais, em especial, pede que se aprofunde em um histórico mais específico, para compreender como a categoria foi concebida ao longo da história para, enfim, destrinchar ainda mais a questão dos estereótipos e dos marcadores sociais que perpassam tais fenômenos até os dias vigentes.

Para dar continuidade aos debates, apresentamos mais sobre as origens das noções de lesbianidade a partir de Swain (2000), que afirma que a palavra *lésbica* é proveniente da mitologia grega, por causa da história de Sapho, uma musa do século VI a.C. que era sacerdotisa de Afrodite e moradora da ilha de Lesbos. Ela era uma poetisa aclamada por narrar histórias de amor entre mulheres em seu tempo, porém, com o passar dos séculos, a sua obra se tornou vítima do esquecimento, voltando aos holofotes apenas no século XVII d.C., em uma tentativa de apagar a ideia de que o termo apontava a ideia de mulheres que se relacionavam com outras mulheres, pois passou a designar mulheres cultas e escritoras de qualquer gênero literário (Swain, 1999).

Entretanto, com o passar dos tempos, as concepções de amor permaneceram em constante mudança e, assim como desde os primórdios, longe de qualquer definição que o delimite como imutável. Na atualidade, após o fim da era moderna, o amor passou a contar com processos amplamente vividos, como, por exemplo, paixão, sexualidade, monogamia e afins; então, por mais que o amor esteja em constante mudança, os marcadores sociais estão presentes neste processo de mutação (Lipovetsky, 2000).

Contudo, o tema da lesbianidade somente apareceu com mais força nos escritos científicos a partir de meados da década de 1980, quando surgiram as primeiras pesquisas que, diga-se de passagem, levavam em consideração a saúde masculina e as práticas homoafetivas. Nesse caso, os estudos sobre mulheres lésbicas eram apresentados, na maioria das vezes, como parágrafos, capítulos únicos ou notas de rodapé. Tão somente a partir deste momento, as mulheres que se autodenominavam como lésbicas passaram a fazer parte de dois movimentos. O primeiro é o movimento feminista, que buscava a igualdade de gênero, e o segundo é o movimento de homossexuais, que teve acentuado crescimento devido à epidemia da AIDS.



Logo, a existência lésbica tinha como obstáculo a vivência política misógina e, depois, heterossexista (Góis, 2003).

Conforme Castañeda (2006), não se prestava muita atenção àquele que era visto como inferior. Portanto, a invisibilidade, em conjunto com a realidade misógina e heteronormativa, abriu possibilidade para que os discursos hegemônicos elencassem estigmas homoeróticos entre as mulheres lésbicas. Desse modo, suas vivências foram contidas conforme os valores da época, que, por meio do dispositivo da sexualidade, ratificaram a norma regulamentadora do sexo, do gênero e das práticas sexuais.

É de extrema importância trazer algumas pontuações sobre a questão das práticas sexuais entre mulheres e todas as implicações que existem para tais experiências em sociedades ainda pautadas por tantas censuras e condutas heterossexistas. Para a lógica heteronormativa, um ato sexual só seria possível a partir da presença de um falo e de uma vagina, ou seja, de um homem e uma mulher, biologicamente falando. Sendo assim, o sexo entre mulheres aparentemente quebra, de imediato, qualquer lógica construída e mantida durante séculos no que diz respeito a tais ações (Toledo, 2008).

Como pontuado anteriormente, por conta da inferioridade na qual mulheres estiveram submetidas ao longo de diversos momentos históricos, em que a visão patriarcal era dominante, como ainda é, a experiência afetiva, romântica e sexual entre mulheres tomou um caminho de invisibilidade, invalidando qualquer vivência como algo real, que vai além de uma grande amizade. Além disso, também ocorrem discussões, ainda que escassas, ao longo da história, em busca de compreender como funciona o ato sexual entre mulheres e, em especial, o prazer e o desejo entre elas, por se tratar de uma possibilidade inconcebível para este contexto. Essa ideia, segundo Toledo (2008), está ligada às formas nas quais se constroem os estigmas de acordo com as vivências das lesbianidades, a partir da criação de verdades absolutas e naturalizadas, que buscam compreender a mulher lésbica a partir de um quadro de comportamentos e condutas fixos, sem a possibilidade de serem vividos de outra maneira que fuja da heteronormatividade.

E por se tratar de uma ótica dominante, pautada na hegemonia da figura masculina em detrimento da feminina, que teria a própria existência justificada como uma forma de satisfazer as necessidades e desejos destes homens, é importante se atentar para outra problemática enfrentada por mulheres que se relacionam com outras mulheres enfrentam ainda hoje: a fetichização das suas vivências afetivas e sexuais. Este fenômeno pode ser percebido ao longo da vida de muitas destas mulheres que, além de enfrentar, por um lado, a invalidação de suas



práticas sexuais com outras mulheres por parte de homens que tentam se colocar como “a parte que falta” para tornar o ato real e completo, também pesa o fato de que muitos desses homens ao tratar esta prática como um fetiche, uma vazão para os próprios desejos, desumanizando, de certa forma, o que elas vivem, como se fossem destinadas a viver para o prazer desses indivíduos (Toledo, 2008).

Para além deste tópico, entrando no âmbito da saúde de mulheres lésbicas, ainda há muitas lacunas importantes para serem preenchidas tanto no campo das pesquisas, quanto na efetivação das políticas públicas de promoção e prevenção para esta população. A saúde da mulher ainda sofre com o esquecimento de muitas áreas da ciência, porém, para quem se relaciona com outras mulheres, os avanços são ainda menores. Com a “demonização” resguardada para a sexualidade feminina em sua amplitude, ao longo de muitos séculos, ainda hoje vemos mulheres com dificuldades para ter acesso às informações essenciais para cuidar de si adequadamente, evitando possíveis danos à saúde e mantendo o seu bem-estar (Toledo, 2008; Lima, 2009).

Para mulheres lésbicas, a situação é ainda pior, pois a quantidade de informações sobre os cuidados específicos que elas devem ter quanto a própria saúde e a oferta de ferramentas de proteção tanto para os atos sexuais, quanto para o seu cotidiano, é consideravelmente menor. Por conta disso, mulheres que se relacionam com outras mulheres estão mais vulneráveis a contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e outros tipos de processos adoecedores possíveis em relações sexuais (Lima, 2009).

De maneira alguma quer dizer que o sexo entre mulheres é “sujo” ou “perigoso”! A questão é que qualquer ato sexual pode expor alguém a riscos de saúde, porém, com o avanço das políticas de conscientização, distribuição de métodos de proteção antes, durante e após o ato, eles diminuem drasticamente (Lima, 2009). Porém, como é que um grupo ainda deixado às margens destas questões, se comparado aos praticantes de sexo heteronormativo, vai conseguir ter acesso a processos e métodos que, muitas vezes, não funcionam para a forma com que o ato funciona para elas? É algo a se considerar sempre que for pensar na questão sexual de mulheres que se relacionam com outras mulheres, afinal, não podemos esquecer da importância que a exploração da própria sexualidade, em sua totalidade, tem para o ser humano (Foucault, 1984).

Voltando à compreensão das categorias de gênero e sexualidade para as mulheres lésbicas, podemos apontar, conforme Crapanzano (2004), como elas, juntamente com a



categoria de raça, estão imersas em um sistema cultural e histórico que classifica a marcação da diferença como essencial na tarefa de atribuição de sujeitos e de suas ações. Sob tal classificação, então, o indivíduo torna-se um ator social envolto em seu curso de ação.

Os marcadores sociais em mulheres lésbicas buscam descrever as implicações hierárquicas de desigualdade e de poder implícito nas reivindicações sociais LGBTQIAP+. Confere-se que esses movimentos, aqui específicos do público lésbico, são afetados pela diferenciação de gênero, idade e classe econômica, discriminando essa classe de sujeitos (Barbalet, 1998).

A categoria de trabalho como marcador social busca ferramentas para apreender as facetas das desigualdades. Não se trata somente das diferenças sexuais, mas, ainda, de todas as variadas interações de qualquer possível diferença e contexto. Desse modo, a abordagem compreende as mais diversas formas de subordinação, seja esta sexista, patriarcal ou racista (Piscitelli, 2008).

Goffman, em 1963, definiu o estereótipo como uma situação em que o sujeito não se encaixa nos preceitos de aceitação social. A partir disso, pensa-se também nas relações de preconceito e discriminação. Como esse sujeito não é socialmente aceito, mudam-se as expressões, para que se adapte ao meio em que vive (Fleury; Torres, 2007).

Os estigmas existem, pois, de forma a manter os poderes de alguns sobre os outros. Portanto, pode-se notar que, nas sociedades ocidentais, o homem branco e heterossexual está para a mulher de maneira que, nessa relação, o poder não se encontra focado em um espaço, mas em uma posição estratégica de biopoder sobre a lesbianidade. Conforme Foucault (1988, p. 89):

A condição da possibilidade do poder, em todo caso, [...] não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido à desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis.

Logo, a mulher lésbica como desviante da norma, pertencente a uma rede de poder, está inserida em uma categoria inferior, na qual há atribuições dos mais diversos estigmas. Estes dependem, ainda, da hierarquia existente na estigmatização. Por exemplo, se uma lésbica performa feminilidade, seu estigma não é evidente. Porém, se uma mulher lésbica performa masculinidade, o estigma torna-se evidente (Toledo, 2008).



A mulher que se encaixa no estigma da lesbianidade, ou seja, que apresenta os estereótipos enraizados na subjetividade, torna-se pertencente à comunidade, de maneira a depender das concepções que reconhecem o sujeito como uma mulher lésbica. Tais concepções dizem respeito às práticas discursivas que repetem as verdades como normalidades e modelos específicos de existir, anulando prioritariamente as relações afetivas de mulheres (Toledo, 2008).

Roupa, voz, cabelo e sinais físicos podem ser transformados em estigmas quando se pressupõe a sexualidade de alguém. Na literatura, aponta-se que a descoberta da sexualidade do sujeito pode ser aferida à distância e que, quando certos atributos são vistos em mulheres, a percepção infere a sexualidade, o modo de vida e a existência lésbica (Welzer; Dutey; Dorais, 1994).

Esses processos perpetuam-se e atravessam tais mulheres, intensificando o que vem sendo chamado como lesbofobia, podendo ocorrer mediante violência moral, física, social e doméstica. As violências acontecem com quem está mais distante dos preceitos heteronormativos, no caso, mulheres lésbicas que não performam feminilidade (Nunan, 2004).

Parker e Aggleton (2001) trazem à discussão de estigma o conceito de hegemonia, que integra as forças sociais, culturais e políticas pela linguagem. Cabe dizer que a hegemonia embasa as violências sexuais, verbais e psicossociais que, intrínsecas ao discurso estigmatizado, afetam todas as vivências. Pode-se pensar na hegemonia que fundamenta a percepção heterossexista e incentiva a lesbofobia; logo, a lesbianidade é compreendida para além de uma vivência individual, envolvendo percepções políticas e históricas.

Como foi possível perceber no início da seção, o interesse pelas vivências da lesbianidade é relativamente recente, o que acende um alerta: se temos um histórico tão recente de pesquisas que se debruçam a estas experiências, não é possível tecer uma discussão tão robusta como a que está se propondo no presente trabalho sem ir em busca de outros trabalhos realizados nos últimos anos. Para atingir tal objetivo, a seção seguinte traz os resultados de uma revisão de literatura sobre a temática, com uma análise aprofundada sobre as contribuições que os estudos selecionados apresentam para o cenário acadêmico nacional sobre as vivências da lesbianidade.



Levantamento da produção científica sobre o tema

Além de se mostrar como uma lacuna percebida ao longo do percurso de pesquisa, a ideia de realizar uma revisão de literatura sobre a produção científica de estudos lésbicos pelo campo da Psicologia foi consolidada após o contato com a pesquisa de Gonçalves e Carvalho (2019), denominada de “*Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática*”, sendo, inclusive, escolhido como o primeiro trabalho a ser analisado. Buscar mais sobre outras experiências tanto de pesquisadoras, quanto das participantes de suas pesquisas, permite a ampliação do panorama de análise que será desempenhado logo em seguida, com a apresentação dos relatos etnográficos, demonstrando aspectos de múltiplas realidades que não seriam acessadas de outra maneira para o trabalho que está sendo construído e, como se trata da última seção de apresentação teórica, mas com uma apresentação mais interventiva, serve como um caminho de transição para iniciar a próxima parte da pesquisa.

Voltando para o trabalho de Gonçalves e Carvalho (2019), os estudos elencados pelas autoras foram selecionados a partir das plataformas Scielo, PePSIC e o Periódico CAPES, e os descritores utilizados foram “lesbianidade”, “psicologia”, “lésbicas” e “psicologia”. A pesquisa, de revisão sistemática, sintetizou as informações por temas em comum. Foram encontrados 121 estudos, que, depois de passarem pelos critérios de inclusão e exclusão, resultaram em 14. Após análise, Joyce Gonçalves e Ana Carvalho (2019) perceberam o agrupamento do público de mulheres lésbicas e homens *gays*, o que possibilitou a generalização das populações e, conseqüentemente, a falta de análise das particularidades da vivência lésbica.

Ainda, observou-se que a maior parte dos achados na área da Psicologia não se mantém exclusivamente na lesbianidade, perpassando assuntos de homoparentalidade e experiência do luto na viuvez, conforme os escritos encontrados. Compreendeu-se, então, que há lacunas sobre a lesbianidade no que se refere a assuntos essenciais, como saúde mental, subjetividade e experiência (Gonçalves; Carvalho, 2019).

Por isso, para compreender como se deram os estudos sobre a temática da lesbianidade e as questões relacionadas ao gênero, será apresentado aqui um breve levantamento de produções científicas que perpassam sobre estes tópicos³. O objetivo principal é percorrer pelas

³ Vários outros escritos relevantes poderiam ser elencados, entretanto, a pesquisa em questão não tem como objetivo o esgotamento do tema e, dessa forma, os trabalhos que mais apresentaram relação com o tema, foram elencados.



principais obras publicadas que tratam sobre as vivências dessas mulheres, visto que ainda é pouco explorada nas redes acessíveis de pesquisas, diante da amplitude e urgência de que discussões como estas sejam mais divulgadas e executadas.

O trabalho de Gonçalves e Carvalho (2019) abre o levantamento, porém, por ter sido um dos materiais encontrados anteriormente, na busca por textos que pudessem enriquecer a discussão retórica do trabalho, não se enquadra na busca que foi realizada em outro momento, cujos procedimentos de execução foram os seguintes: as pesquisas foram realizadas pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), por meio de materiais publicados a partir do ano 2000, utilizando os descritores “mulheres lésbicas”, “aparência”, “psicologia” e “marcadores sociais”. Foram encontradas seis pesquisas, sendo cinco dissertações e uma tese de doutorado. Os critérios de inclusão contaram com teses e dissertações, em âmbito nacional e que estivessem incluídas na área de Psicologia. Para os critérios de exclusão, entendeu-se que a pesquisa não deveria fazer parte de outra área do conhecimento, nem estar em outro formato que não o original, como livro, artigo ou resenha. Abaixo, é possível visualizar, de maneira sistematizada, os escritos selecionados.

Título	Autoras	Ano
Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista	Lívia Toledo	2008
Entre elas: cartografias dos devires amorosos	Marli Machado de Lima	2009
Um estudo dialógico sobre narrativas identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbicosbissexuais feministas	Adriana Almeida Camilo	2010
“Amar é ter uma ética afetiva, é ter esse cuidado com o outro”: Narrativas sobre amores e lesbianidades	Danielly Christina de Souza Mezzari	2017
“A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo”: Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais	Paula Rita Bacellar Gonzaga	2019
Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática	Joyce Gonçalves e Ana Carvalho	2019
Aspectos Psicossociais Relacionados à Satisfação Corporal de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Brasileiras	Ana Karina Robinson	2021

Desta forma, respeitando uma ordem cronológica para a melhor organização da apresentação do levantamento, iniciaremos com a dissertação de Lívia Toledo (2008),



intitulada de “*Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*”, em que a autora analisa de que maneiras as mulheres lésbicas são afetadas por estereótipos e estigmas relacionados à sua identidade. Para tal, foi utilizado um estudo teórico amplo, em um primeiro momento, e, posteriormente, foi executado um trabalho de campo com mulheres residentes de uma cidade do interior de São Paulo.

No levantamento teórico, a autora teve a oportunidade de analisar de que formas o machismo, aliado aos discursos que mantêm a heterossexualidade como norma na sociedade, influenciou a criação de estereótipos que persistem firmes até os dias vigentes e com a intenção de preservar relações de poder desiguais e pautadas na discriminação, ignorando as vivências e individualidades de mulheres lésbicas. Este lugar onde elas são colocadas remonta à invisibilidade à qual estiveram sujeitas durante vários séculos. Atualmente, tal condição assume outra roupagem, regada de ideias lesbofóbicas, que diminui a validade de relações afetivas, românticas e sexuais entre mulheres.

Na segunda parte do trabalho, Livia Toledo (2008) realizou entrevistas com cinco mulheres lésbicas, com idades entre 18 e 50 anos, para compreender de quais formas os estigmas relacionados às suas sexualidades influenciaram a construção de suas identidades e de suas subjetividades. A partir da análise dos discursos das entrevistadas, a pesquisadora constatou que elas demonstraram ter construído noções acerca de suas identidades individuais e do que representa ser lésbica na sociedade a partir dos estereótipos analisados, indicando, inclusive, como elas viveram o “luto da heterossexualidade”, por não terem assumido o papel esperado para elas.

O trabalho se destaca no cenário científico por ter sido produzido em um momento em que, como a própria autora comenta, as pesquisas mais robustas sobre o tema ainda estavam engatinhando no Brasil, portanto, pode ser considerada uma das pioneiras no cenário nacional. Além disso, avança ao tratar de maneira aprofundada sobre os impactos do machismo e das violências às quais mulheres lésbicas e bissexuais estão expostas por toda a vida na construção das suas identidades e no reconhecimento de si em um mundo perigoso para a sua existência. Também acerta ao expor como as violações não são sempre expostas e facilmente reconhecíveis, haja vista que as microagressões expostas pelas entrevistadas mostram um cenário de constantes tentativas de invisibilização muito mais complexo e desafiador do que se poderia imaginar.



É uma pesquisa bastante introdutória, tendo em vista o contexto ainda muito primário da abordagem sobre o tema na época, portanto, a autora traça claramente as diferenças entre as múltiplas categorias da sexualidade humana e de gênero para delimitar bem o que seria a lesbianidade e a bissexualidade da qual tanto aborda ao longo da dissertação. Ela ainda vai além, ao detalhar as vivências sexuais e dos desejos dessas mulheres, denunciando a falta de aparatos para protegê-las de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), das quais estão muito mais sujeitas do que outros grupos, demonstrando um problema que se perpetua até a atualidade, visto que a saúde feminina ainda é muito negligenciada.

Por fim, não é possível ignorar algumas escolhas de termos e abordagem para determinadas questões que soam ultrapassadas para uma leitura realizada mais de 15 anos depois de sua publicação, porém, de maneira alguma, é um trabalho ultrapassado ou que perdeu o seu valor com a passagem do tempo. Ao trazer valiosas pontuações teóricas e discursivas, a partir das entrevistadas, sobre a vivência sexual de mulheres que se relacionam com outras mulheres, o peso dos estereótipos e das violações em suas vidas continuam como grandiosas contribuições, provando, mais uma vez, o valor da pesquisa.

Para seguir com a análise dos trabalhos encontrados, temos a dissertação de Marli Machado de Lima (2009), intitulada “*Entre elas: cartografias dos devires amorosos*”, que utiliza do método cartográfico para discorrer acerca dos relacionamentos amorosos de mulheres lésbicas em uma cidade de médio porte no interior paulista. Inicialmente, a autora apresenta a proposta metodológica, estruturada para permitir o melhor desenvolvimento de uma investigação participativa. No desenrolar da pesquisa, surgem alguns questionamentos, como: “O que é ser lésbica? É desejar uma mulher? É manter relações com ela? É ser amiga delas e se solidarizar com elas?”. A partir daí, ela se inspira em Foucault para tecer uma investigação sobre o processo de resistência como forma de afirmação das escolhas amorosas dessas mulheres e de resistência ao poder heteronormativo. A autora responde, então, que diversas são as percepções do que é ser lésbica, visto que se manifestam de variados modos, amando, relacionando-se e fazendo sexo de infinitas maneiras diferentes.

Por ter sido desenvolvida em uma cidade do interior paulista, é inegável que existam semelhanças entre a execução e, inclusive, alguns discursos contidos nesta pesquisa e na de Toledo (2008), principalmente pelo porte dos municípios ser muito próximo e por se colocarem



como regiões abarcadas por posturas ainda muito conservadoras, que geram movimentações repressivas consideráveis para quem foge da heteronormatividade.

O trabalho vai além ao incluir de que formas as questões de classe e raça são essenciais para se analisar gênero e sexualidade, porém, não se aprofunda tanto nestes marcadores, sendo este um fato pontuado pela autora, ao destacar que as mulheres que participaram da pesquisa eram majoritariamente brancas, de classe média, com acesso à educação formal, sendo que apenas uma delas era negra, mas não se aprofundou nos marcadores étnicos durante os seus relatos. Apesar disso, ela defende que as suas vivências trazem um panorama diverso para o tema, demonstrando a importância dos apontadores educacionais e culturais para a análise da construção da subjetividade das participantes (Lima, 2009).

Outro ponto positivo da pesquisa de Lima (2009) foi o cuidado com a variação etária das mulheres entrevistadas, adicionando à investigação o fator geracional para discorrer sobre as formas com que a lesbianidade foi vivenciada por elas, demonstrando que, para as mais velhas, o caminho de aceitação de si e por parte de terceiros encontrou alguns obstáculos maiores do que para as mais novas, sempre com o adendo de que não se trata de uma relação causal entre idade e aceitação, mas sim o fato de que o acesso às discussões sobre sexualidade e gênero se tornaram mais acessíveis nos últimos anos, permitindo que mulheres mais jovens fossem introduzidas no assunto e passassem por um outro tipo de processo de autodescoberta, se comparado com as mulheres mais velhas.

Dois pontos chamam a atenção, sendo o primeiro uma outra semelhança com a pesquisa de Toledo (2008), que é uma preocupação bastante marcada dentre as entrevistadas de Lima (2009) diante da sua situação de risco para ISTs e outras condições sexualmente transmissíveis. O segundo é a abordagem das concepções do amor a partir das participantes, visto que todas estavam em uma relação conjugal e o foco do trabalho teve como ponto de partida justamente esta categoria, demonstrando as formas com que o amor por outras mulheres, para muitas delas, surgiu de formas ainda muito pautadas nas dinâmicas heterossexuais, mas que, com o passar do tempo, conseguiram compreender quais eram as formas mais adequadas de se relacionarem, diante do que consideram importante em uma relação.

Em seguida, temos a dissertação de Adriana Almeida Camilo (2010), intitulada como “*Um estudo dialógico sobre narrativas identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbicosbissexuais feministas*”, na qual traz como investigação central as formas com que as mulheres jovens lésbicas e bissexuais se inserem no contexto de coletivos autônomos e



feministas do Distrito Federal. A abordagem da psicologia histórico-cultural e a perspectiva dialógica do *self* foram utilizadas. Tem-se, então, a preconização da unidade e multiplicidade do *self*.

Camilo (2010) estabeleceu como objetivo principal compreender como estas jovens participantes de coletivos feministas constroem significados sobre si mesmas, o mundo e as ações sociopolíticas. Ainda, buscou elencar as singularidades evidenciadas por essas jovens nas redes de ações. Ambos os objetivos foram construídos a partir de metodologias interpretativas e qualitativas, abrangendo aproximadamente 16 meses de observações das interações em diversos espaços de ações políticas. Ao fim, as análises indicaram que os processos de resistência e os posicionamentos nos espaços de fazer político servem como meio de reorganização psíquica imutável, temporal e contextual.

O trabalho da autora avança ao apontar o contexto das organizações da militância, que são responsáveis por introduzir muitos indivíduos de minorias às pautas de buscas de reconhecimento de si e dos seus direitos. Portanto, o ponto de destaque é a análise das formas com que as identidades dessas mulheres foram constituídas a partir das movimentações realizadas em pouco mais de um ano de acompanhamento.

Outro ponto que chama a atenção é a forma com que Camilo (2010) discorre sobre as implicações da existência destes coletivos, tanto pela recepção de outras esferas da sociedade, quanto pela relação entre alguns dos coletivos, em especial ao expor tensões existentes entre eles e como, apesar das rugas, sempre buscam promover debates caros aos seus participantes e membros da sociedade civil.

Seguindo para a próxima dissertação, temos o trabalho de Danielly Christina de Souza Mezzari (2017), intitulado “*Amar é ter uma ética afetiva, é ter esse cuidado com o outro*”: *Narrativas sobre amores e lesbianidades*”. A sua pesquisa foi executada em São Paulo e se propôs a refletir sobre as lesbianidades e os relacionamentos amorosos entre mulheres. Utilizando-se da cartografia e de produções narrativas, Mezzari entrevistou cinco mulheres lésbicas e discorreu sobre os relacionamentos, construindo narrativas sobre suas histórias, a depender dos estilos e afetos encontrados.

A autora relata que o desenrolar da pesquisa se dá a partir da concepção de que cada narrativa encontrada age de maneira a evocar relações, e não somente experiências individuais. Por isso, problematiza a invisibilidade de produções teóricas lésbicas, a concepção de amor romântico e suas interseccionalidades e marcadores corporais. Ela ainda deparou-se com a



oportunidade de vislumbrar as mais singulares produções e movimentos de rompimento e resistência (Mezzari, 2017).

Ao analisar a obra, o primeiro ponto que chama a atenção é o uso de uma das formas mais rudimentares de adaptação de uma linguagem neutra que não parta do princípio do masculino como neutro, ao trocar os marcadores de gênero de determinadas palavras pela letra X. É louvável a tentativa de trazer uma produção mais inclusiva, porém, por se tratar de uma pauta que se desenvolveu a passos largos nestes seis anos desde o lançamento da produção, se faz importante pontuar que é um modo ultrapassado de tratar do assunto.

Contudo, a pesquisa traz contribuições necessárias para a temática, ao abordar um relato com uma marcação pessoal muito destacada e poética, que torna o texto praticamente como uma narrativa romanceada para contar as histórias do movimento e das participantes. Novamente, os pressupostos são muito semelhantes às outras produções, porém, alguns temas abordados aqui, mesmo que de forma rápida, trazem uma inovação, como a abordagem das problemáticas que a monogamia pode trazer para alguns relacionamentos e as possibilidades que se abrem em dinâmicas que fogem dessa lógica, além de tecer críticas válidas para a capacidade de algumas vertentes do feminismo em potencializar as invisibilidades de mulheres lésbicas e bissexuais ao invés de auxiliar na sua busca por mais direitos.

Em seguida, temos a tese de Paula Rita Bacellar Gonzaga (2019), que foi produzida em Minas Gerais e é intitulada como “*A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo*”: *Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais*”. A autora tomou como ponto de partida as experiências de mulheres negras, o marco civilizatório colonial e os atravessamentos que demarcam a subalternização e domesticação desse grupo, percebendo o apagamento dessas mulheres quando se denominam lésbicas ou bissexuais. Isso porque elas passam a ser o Outro, ou seja, levam a vida de maneira contrária à branquitude, à heterossexualidade, à masculinidade e afins.

Com o objetivo de mapear a implicação de gênero nas narrativas presentes no sofrimento mental dessas mulheres, compreender de que maneira a busca pela ancestralidade de pessoas negras ressignifica o sentido de sua existência e refletir sobre as estratégias de descolonização de mulheres negras e suas experiências de afetividade e sexualidade, a pesquisadora teve 12 encontros com mulheres negras, tendo nove afirmado ser lésbicas e três, bissexuais.



A partir disso, Gonzaga (2019) disserta que é evidente a urgência de falar sobre os sofrimentos mentais advindos da degradação humana imposta aos sujeitos que já representam grupos desumanizados. Mais ainda, discorre sobre a necessidade de compreensão do sistema de raças como essencial, ao articulá-lo com outros marcadores sociais presentes na vivência afetiva e intelectual de mulheres negras.

O trabalho de Gonzaga (2019) se destaca diante de todos os outros por se colocar como um relato, acima de tudo, pessoal da autora, que utiliza os marcadores de gênero, raça e classe como pontos de partida para analisar as vivências de mulheres lésbicas e bissexuais marcadas pelos desafios e opressões às quais estão sujeitas ao longo da vida, com dificuldades de acesso a direitos e serviços básicos, além de uma relação com as violências muito mais marcada em seus cotidianos.

Ela ainda avança na questão da invisibilidade da mulher negra diante de uma vivência não-heterossexual por conta do movimento da sociedade, que reconhece o lugar da negritude como pertencente aos homens e o de mulher apenas para as brancas, eliminando possibilidades de reconhecimento essenciais para elas. Diante desta exclusão ainda mais pontuada do que as outras situações pontuadas até então, a autora traz o papel essencial como espaço de acolhimento e reconhecimento que os espaços de celebração das religiões de matrizes africanas apresentam para muitas destas mulheres, por permitir que entrem em contato com a própria ancestralidade, que, diante do histórico de violação da memória de pessoas negras no Brasil, foi roubada de muitas delas, além de permitir a criação de um ambiente de aceitação e respeito.

Apesar dos notáveis avanços ao trabalhar questões transversais ao feminismo e à lesbianidade negras e decoloniais, a autora reconhece a falha em não ter a participação de alguma mulher trans na pesquisa, visto que, apesar das tentativas, as limitações da execução da tese impossibilitaram que fosse concretizada, logo, é algo para se considerar em trabalhos futuros.

Encerrando o levantamento, temos a dissertação de Ana Karina Robinson (2021), intitulada “*Aspectos Psicossociais Relacionados à Satisfação Corporal de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Brasileiras*” e que investigou a relação entre os aspectos psicossociais da satisfação corporal de mulheres lésbicas e de mulheres bissexuais. Ambos os grupos contaram com público brasileiro e foram realizados no estado do Rio Grande do Sul. O estudo utilizou-se de método misto, quantitativo e qualitativo. Em primeiro, a pesquisadora buscou verificar as associações existentes entre as identificações como lésbica e bissexual e a satisfação corporal.



Ainda, investigou qual o papel da autoestima e do perfeccionismo físico na satisfação corporal. Participaram 337 mulheres brasileiras, com idade entre 18 e 61 anos. Dentro dessa população, 95,5% identificaram-se como cisgênero. Quanto à sexualidade, 73% identificaram-se como lésbicas, 17,6% como bissexuais, e o restante apontou outras orientações sexuais, como, pansexual, assexual, *queer* e afins.

Robinson (2021) sugere que há uma real conexão entre lesbianidade, bissexualidade e satisfação corporal. As identificações de lesbianidade e bissexualidade explicaram 4,4% da satisfação corporal, enquanto a autoestima global e o perfeccionismo, 20,7%. Por isso, ainda sobre o primeiro estudo, os aspectos sociais foram levados em conta, utilizando-se uma perspectiva protetiva em relação às pressões estéticas existentes.

Já o segundo estudo visou à compreensão e percepção de mulheres bissexuais e lésbicas a respeito das pressões sociais e estéticas por meio de mensagens na mídia. Entende-se que, com o rígido padrão de beleza, os níveis de insatisfação corporal aumentaram, visto que as mulheres heterossexuais estão mais vulneráveis à pressão da valorização da juventude, feminilidade, magreza, branquitude, heterossexualidade etc. Entretanto, para além da heterossexualidade, sugere-se que mulheres lésbicas e bissexuais, quando se encontram em uma subcultura que recusa esses padrões, estão, de certa forma, protegidas dessas perspectivas (Robinson, 2021).

Oito mulheres foram entrevistadas e indagadas sobre a experiência pessoal quanto aos padrões sociais para o cumprimento de determinados requisitos. Observou-se, por meio de uma análise temática de narrativas, que mulheres que se identificam mais como lésbicas se sentem satisfeitas com sua aparência física. É importante ressaltar que tal percepção sobre si mesma está associada à autoestima, a aspectos positivos da identidade sexual e também à liberdade de expressão, fugindo do binarismo. Já as mulheres que menos se identificam como lésbicas relataram baixa autoestima, alto índice de perfeccionismo físico e de comparação e menor nível de satisfação corporal. Por fim, foram discutidos os marcadores sociais, autoestima, normas e outras questões que influenciam positivamente e negativamente essas experiências (Robinson, 2021).

A produção de Robinson (2021) parte de bases muito semelhantes a todas as outras que foram destrinchadas até então, visto que são pontos de partida essenciais para a investigação da identidade lésbica e bissexual. Apesar disso, ela consegue avançar por caminhos ainda pouco explorados nas produções brasileiras, mesmo se colocando como pautas



significativas para este público, sendo possível afirmar que a missão foi cumprida com maestria.

Com o trabalho de Robinson (2021) encerramos o levantamento e as discussões mais teóricas do trabalho, com um terreno preparado para dar prosseguimento para a apresentação e análise dos relatos etnográficos escolhidos para compor o trabalho. Nesta seção, foi possível encontrar óticas e trajetórias de pesquisa muito distintas no que tange às pesquisas realizadas no âmbito nacional sobre a construção da subjetividade lésbica e das vivências de mulheres reais ao longo dos últimos anos. Como citado no começo, ainda é escassa a quantidade de pesquisas robustas e que se abrem para um trabalho amplo, com o que foi realizado em boa parte destas pesquisas, indo a campo e em busca do público que é colocado como objeto de pesquisa.

Apesar da necessidade de aumentar o leque das produções nacionais sobre o tema, tanto em algumas das produções, quanto na execução do presente trabalho, é possível perceber os inúmeros obstáculos para dar voz a fenômenos ainda tão invisibilizados e que ainda não possuem tanto espaço na ciência. Sem contar nas dificuldades e no cenário precário que a pesquisa no contexto brasileiro vem enfrentando nas últimas décadas, o que piora, ainda mais, o acesso a ambientes que poderiam trazer informações ricas e permitir a realização de pesquisas de campo realmente comprometidas em trazer novos panoramas para os processos vivenciados por estas mulheres, ainda tão relegadas ao esquecimento.

Por esta razão e para não esquecer do objetivo principal deste trabalho de compreender a constituição da subjetividade de mulheres lésbicas, não podemos desanimar e devemos seguir para os relatos etnográficos que, a partir de uma base teórica tão robusta, como a que foi apresentada nesta primeira parte do trabalho, podem avançar por caminhos ainda não explorados e agregar, de alguma forma, ao panorama das produções científicas que buscam analisar os processos que formam e impactam as formações das identidades lésbicas vigentes nas sociedades ocidentais.



CARTOGRAFIAS DA LESBIANIDADE

Aqui, se dá início à segunda parte do trabalho, em que são apresentados os relatos etnográficos que compuseram a trajetória de pesquisa e justificam a existência e a percepção desta investigação como um trabalho de campo de inspiração etnográfica. Para buscar novos caminhos que permitam discorrer acerca dos processos de invisibilização da lesbianidade, debater as formas de repressão das vivências lésbicas vigentes nas sociedades ocidentais e problematizar a construção dos dispositivos de gênero e sexualidade na atualidade, os três relatos etnográficos perpassam por diferentes contextos para, ao final, buscar as conexões entre o fenômeno principal que está sendo investigado: como é construída a subjetividade das mulheres lésbicas.

Para tal, o primeiro relato etnográfico faz parte da apresentação dos dados do minicurso online “*Diálogos sobre Psicologia e Lesbianidade*”, realizado como parte das atividades pedagógicas do Mestrado e no qual foi possível entrar em contato com vivências distintas de outras mulheres lésbicas e discutir o seu lugar no mundo.

Em seguida, serão aprofundadas as discussões iniciadas em um evento promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul, a partir do debate sobre o filme “*O mau exemplo de Cameron Post*” (2018), em que será possível adentrar no universo das comunidades terapêuticas religiosas dos Estados Unidos para discorrer sobre os “tratamentos” de readequação de gênero e sexualidade promovidos até os dias vigentes.

Para encerrar o assunto e trazer o foco para o contexto brasileiro, o último relato etnográfico foi realizado com a inspiração da etnografia digital, a partir do levantamento de matérias jornalísticas que apresentassem o panorama das comunidades terapêuticas religiosas que proporcionam tais procedimentos, em busca de conceber, a partir de relatos das vítimas e de especialistas, para fechar as investigações realizadas ao longo de todo o trajeto teórico e prático da presente pesquisa.

Psicologia e lesbianidade: diário de um minicurso

O presente tópico foi construído a partir de um diário de bordo onde registrei os pormenores da minha experiência enquanto pesquisadora e mestranda. Apesar de haver uma



ou outra menção da fala de outras pessoas, as análises estão centradas apenas no meu olhar enquanto cartógrafa.

Durante o segundo ano letivo deste Mestrado, em 2023, os alunos da disciplina Prática Pedagógica II precisaram ofertar algum tipo de atividade de ensino. O intuito era que os acadêmicos pudessem vivenciar a prática docente supervisionada no ensino universitário, além de conhecer sobre as relações entre conteúdo e método, teoria-prática, escola-sociedade, professor-aluno no Ensino Superior, planejamento de ensino e avaliação e técnicas de ensino e aprendizagem.

Partindo desse princípio, construí, junto com o meu orientador, o minicurso online intitulado “*Diálogos sobre Psicologia e Lesbianidade*”. Os objetivos eram identificar e discutir conceitos de gênero e sexualidade, elucidar a construção histórica que perpassa a vivência de mulheres lésbicas e compreender quais marcadores corporais se fazem presentes nos discursos heteronormativos. O minicurso desenvolveu-se com base em textos, vídeos e materiais que contribuíssem com as discussões, podendo igualmente ser aprimorado conforme a necessidade e sugestões das participantes.

A divulgação dos encontros aconteceu a partir das plataformas digitais WhatsApp e Instagram. No convite, havia o título do minicurso, nome e foto da ministrante, o cronograma e o QR Code, que direcionava o participante ao formulário do Google, contendo a seguinte mensagem: “Olá, estamos muito felizes em saber que você se interessou em fazer parte do projeto ‘Diálogos sobre psicologia e lesbianidade’. Este grupo foi criado a partir do nosso intuito de analisar e discutir de maneira aprofundada e acessível sobre fenômenos relacionados à sexualidade humana, especificamente, a lesbianidade. Além disso, proporcionar um espaço acolhedor, seguro e dinâmico para dialogar com quem estiver interessado no tema. Em nome de Luana Medeiros e Jeferson Taborda”.

Após a leitura, as interessadas poderiam preencher o formulário com o seu nome completo, e-mail, CPF, faixa etária (sendo necessário ser maior de 18 anos), telefone, cidade e estado e informar se tinham algum vínculo com universidades. Ao finalizar o cadastro, tiveram acesso imediato ao link que direcionava para o grupo de WhatsApp, onde todas as informações seriam compartilhadas a partir daquele momento. Após uma semana de divulgação, o formulário foi encerrado, e uma enquete foi enviada no grupo de WhatsApp, contendo duas opções de horários disponíveis para que os encontros pudessem ocorrer. Dentre as 31 pessoas presentes no grupo, 16 delas votaram na opção de 13h30, e 14 pessoas, no horário das 10h00.



Por isso, os encontros tiveram início no dia 15 de abril de 2023, às 13h30, no horário de Mato Grosso do Sul.

Foram seis encontros, todos realizados de forma online na plataforma Google Meet e cada um deles foi dividido por um tema em específico. No primeiro, o tema foi “Gênero e sexualidade na atualidade”, no segundo, “Gênero e sujeito lésbico”, no terceiro, “O amor entre mulheres”, no quarto, “Lesbianidades e intersecções: marcadores sociais da diferença”, no quinto encontro, “Estereótipos, estigmas, preconceitos e violência”; e, por fim, no sexto encontro, “Lesbianidade, corporalidade e movimento político”. No primeiro encontro, 16 pessoas participaram das discussões, enquanto que no restante, o número de participantes se manteve em 8. As discussões, ainda que embasadas nas leituras sugeridas, emergiram espontaneamente, visto que as narrativas individuais fornecem “legitimidade à mobilização da subjetividade como modo de produção de saber e à intersubjetividade como suporte do trabalho interpretativo e de construção de sentidos para os autores dos relatos” (Josso, 1999, p. 15).

Vale destacar que apenas alguns trechos foram selecionados para esta discussão. Não se trata, portanto, de uma análise descritiva de cada um dos seis encontros ocorridos. O que se privilegiou foram as intensidades experienciadas, tal como preconiza a perspectiva da cartografia, que descreve que a partir da etapa de análise de dados, cabe ao pesquisador, selecionar aqueles que mais tem relação com o problema da pesquisa e apresentam maior intensidade (Deleuze e Guattari, 1975).

Como intensidade, diferentemente de uma lógica quantitativa, aqui, levo em consideração não o indicador de frequência em que um termo aparece, visto que tal informação não seria o suficiente para medir a relevância do assunto quanto a problemática de pesquisa, mas, sim, a produção e mensuração de diferenças, o estreitamento dos processos e uma nova ótica de sensibilidade que propicia o rastreamento de rupturas e fissuras de todo o percalço (Deleuze e Guattari, 1975).

Guattari e Rolnik (1986), por exemplo, descrevem que o alto número de aparições de um assunto pode indicar um discurso já pré-estabelecido que, se elencado como o único material de investigação, não trariam novos ganhos para o campo de pesquisa. Por isso, a intensidade aparece como provocador de rupturas de discursos já instituídos, favorecendo novos processos de desterritorialização.

Dentre as colocações mais marcantes, aponto, aqui, aquela que ocorreu durante o encontro sobre “Sexualidade na atualidade”, no qual uma participante relatou que não poderia



falar em voz alta durante os encontros por residir com a família, que não tinha conhecimento de sua sexualidade; por isso, se comunicaria apenas pelo chat da chamada. De imediato, outra participante compartilhou sua experiência familiar, dizendo que entendia a colega, pois há 10 anos vivia com a sua esposa, mas os seus familiares ainda se referiam à sua companheira apenas como amiga.

Perceber como o “armário” não é algo que se supera de uma vez e que pode nos perseguir pelo resto da vida, afinal, estamos saindo de diversos “armários” todos os dias como mulheres lésbicas, diante de pessoas, próximas ou não, e situações que tentam desestabilizar as nossas vivências, como se fosse algo inválido ou menor, em comparação com o que é normativo. Os “armários” não são apenas pela invisibilização das nossas experiências, mas para muitas de nós, é a garantia de segurança e paz diante de uma realidade vulnerável, em que não existe a possibilidade de viver em paz a própria verdade (Sedgwick, 2007).

Sair dos “armários” que estamos sujeitas é enfrentar o movimento contrário entre, por um lado, poder viver as nossas verdades com o máximo de liberdade possível e, por outro, estar sujeitas a prejuízos materiais e subjetivos, como a discriminação, a violência e o não reconhecimento de si (Sedgwick, 2007). Por isso, é urgente trazer novas perspectivas para as vivências de mulheres lésbicas que fujam de uma lógica maniqueísta, em que existem apenas mulheres no armário, vivendo completamente escondidas de suas essências, ou mulheres abertamente lésbicas, vivendo e enfrentando as dificuldades de peito aberto.

Em uma de suas obras mais clássicas, Simone de Beauvoir (1967) traz reflexões que podem auxiliar na análise de situações como as relatadas pelas participantes do minicurso, no que diz respeito à forma na qual os seus familiares lidam com a sua sexualidade. A autora aponta como as mulheres que fogem da lógica da heterossexualidade hegemônica vivem um nível de invisibilidade por conta da “repulsa” com a qual muitos indivíduos da sociedade ainda tratam estas mulheres. Aliado a isso, ainda há a própria invalidação de tais vivências, como se não tivessem valor o suficiente para se configurar como um relacionamento romântico como qualquer outro, o que abre margens para diversos apontamentos.

Contudo, escolhi falar especificamente sobre o que Beauvoir (1967) aponta ao discutir as diferenças entre a dinâmica de um relacionamento entre um homem e uma mulher e entre duas mulheres, de acordo com a lógica de funcionamento de uma sociedade pautada na heterossexualidade como norma. Considerando que a autora fez tal análise há mais de 50 anos, é importante considerar um outro contexto em relação ao assunto, porém, mesmo com ressalvas



a serem feitas ao transpor o debate para os dias vigentes, tudo ainda continua atual ao observar os relatos destacados destas participantes.

Beauvoir (1967) comenta como as relações heterossexuais são muito mais engessadas e privadas de liberdade, por terem mecanismos de funcionamento e muitas instituições sociais e culturais muito bem estabelecidas, o que permite a perpetuação de valores e estigmas que podem ser prejudiciais para ambas as partes. A diferença em uma relação entre mulheres diria respeito ao fato de que, por não haver tantas forças para reger e controlar os rumos de tal relacionamento, o que, em um caminho contrário, apenas reforça a invalidade de tal relação como algo que vá além de uma amizade sincera e intensa, recaindo nas inúmeras ferramentas de apagamento da identidade lésbica, que foram tão discutidos até então e vistos nos relatos.

Também, entende-se que as relações humanas ultrapassam os desejos sexuais individuais. Apesar de essas mulheres sentirem atração sexual por outras mulheres, a sua história de vida, as relações de raça e classe e as orientações sexuais produzirão, em conjunto com as relações familiares, escolares e outras mais, outros planos que homogeneizaram suas formas de expressão (Toledo, 2008). Nesse sentido, mulheres lésbicas, embora ocupem espaços, permanecem como personagens desconhecidas dos meios sociais. O tema da lesbianidade, no contexto familiar, reitera a invisibilidade de mulheres lésbicas, que, enquanto desenvolvem sua identidade sexual e de gênero, se deparam com normas heterossexuais que favorecem o silenciamento de suas vivências (Cavaleiro, 2006).

Em outro encontro, uma participante relatou, por exemplo, sua primeira ida ao ginecologista. Ao contar que era uma mulher lésbica e que tinha preocupações com suas experiências sexuais, a profissional que a escutava pediu que ficasse tranquila, uma vez que sexo lésbico não transmite doenças. A integrante do grupo relatou também que, no momento, sentiu raiva, indignação e tristeza, e que, após a visita, não retornou à Unidade Básica de Saúde (UBS).

Tendo em vista a concepção do padrão de orientação sexual e os demais papéis de gênero existentes, a discriminação e o preconceito, até mesmo na área da saúde, estão refletidos em falas como a do relato. Percebe-se, então, que a heterossexualidade compulsória atravessa o corpo, o sexo, o gênero e o existir lésbico, compondo um cenário em que a saúde da mulher lésbica enfrenta desafios atrelados aos papéis sociais (Lima, 2018).

Vale recordar que, em 2008, aconteceu a 13ª Conferência Nacional de Saúde, e a orientação sexual e a identidade de gênero foram elencadas como determinantes sociais.



Entende-se, pois, que esses fatores afetam diretamente a saúde dos sujeitos e que, por isso, protocolos e normas foram pensados a fim de atender às demandas de mulheres lésbicas e travestis, levando em conta os aspectos singulares das pacientes. Esses marcadores sociais, quando atrelados às discussões do feminismo interseccional, tomam como ponto de partida, primeiro, mulheres negras e lésbicas. Isso ocorre porque, ao se pensar na saúde da mulher lésbica, se encontram diversos relatos de violências institucionais quanto à saúde física, mental e sexual quando está em pauta a etnia (Ministério da Saúde, 2013).

Outro momento marcante aconteceu durante o encontro, que teve como leitura principal o escrito de Angela Davis, intitulado “*Mulheres, raça e classe*” e publicado em 2016. Logo no início, após me situar como uma mulher lésbica e branca e fazer algumas pontuações iniciais sobre o texto, outra participante disse que, por ser a única mulher autodeclarada negra, se sentia pressionada a contar sua experiência, ainda mais após uma outra participante ter compartilhado se sentir desconfortável para falar durante o encontro por ser branca.

Penso que, a partir dos dois relatos, além da reflexão sobre o acesso do corpo lésbico e negro à saúde, tema inicialmente elencado, pôde-se pensar também sobre o papel da mulher lésbica e negra em cursos, rodas de conversa e debates. A mesma participante que se declarou negra e lésbica continuou dizendo que, para ela, era exaustivo participar de encontros que tinham como ponto de partida a subjetivação e os marcadores sociais, já que a maioria branca esperava um posicionamento, um relato e uma interpretação de sua vivência, o que a fazia sentir-se como um experimento. Outra participante contribuiu com a discussão expressando que, como uma mulher de pele branca, era importante saber seu lugar de manifestação; apontou a relevância de espaços como o minicurso, entendendo que seu papel não dizia respeito ao protagonismo, mas ao apoio às lutas antirracistas.

A partir desta discussão, podemos retornar aos escritos de Djamila Ribeiro (2017) acerca do “lugar de fala” e como é importante ver que marcadores que vão além da sexualidade e do gênero entraram em pauta neste encontro do minicurso, afinal, ninguém é atravessado por apenas um recorte, que lhe faz pertencer a um grupo ou a outro. Além disso, não podemos deixar de levar em consideração que o lugar social que ocupamos tem íntima relação com os espaços que teremos acesso, afinal, nem todo mundo consegue alcançar determinados locais por conta de sua condição.



Clarke (1990) escreve que o movimento feminista lésbico pode e deve transformar a união entre mulheres brancas e mulheres negras. Além do mais, ocupar espaços com uma visão antissexista, anticlassista e antirracista significa também dizer que a luta antirracista age legitimando mulheres lésbicas como detentoras de conhecimento diverso, incluindo a lesbianidade social e política.

Swain (2002) salientava que o movimento lésbico político tem como desafio conseguir demonstrar à sociedade que outras formas de amar, existir e sentir existem. Entende-se que, ainda nos primeiros anos da década de 2000, a autora já concebia a lesbianidade como sinônimo de resistência, porque notara a sociedade como agente de exclusão de mulheres lésbicas como cidadãs, mesmo em pleno exercício de seus movimentos políticos.

Ao fim do minicurso, foi possível acessar os escritos do diário de bordo e perceber as implicações, atravessamentos e movimentações que ocorreram, de forma dialética, no meu papel, como facilitadora, e as participantes. Remontando às questões de “lugar de fala”, com certeza o fator de identificação com muitas daquelas situações, em maior ou menor grau, auxiliou grandemente na compreensão do que cada discurso trazia para a composição deste trabalho.

Nós somos muito mais complexas do que qualquer história pode contar e podemos sim tentar viver as nossas liberdades dentro de estruturas de opressão, que não permitem a vivência em sua completude de quem somos verdadeiramente. Obviamente, não é o cenário ideal e sonhado, porém, é o que muitas ainda enfrentam e o nosso papel é tentar garantir o bem-estar e a segurança para estas mulheres enquanto enfrentam os seus próprios processos e as próprias saídas do “armário”, todos os dias.

Assim, podemos encerrar as discussões relativas ao minicurso e todas as potências apresentadas e adquiridas durante os encontros. Foi uma experiência transformadora para todas as envolvidas e, com toda a certeza, permitiu o enriquecimento das discussões do presente trabalho, ao trazer perspectivas de mulheres reais. Dando continuidade aos debates sobre as lesbianidades, a seguir serão apresentadas as discussões ligadas à minha participação durante o evento que teve a exibição de um filme, como mencionado anteriormente.



O amor entre mulheres lésbicas e algumas reflexões sobre saúde mental

“A sua luta é contra ter atração pelo mesmo sexo. O primeiro passo é parar de pensar em si mesma como homossexual.”

*Lydia Marsh
“O mau exemplo de Cameron Post”*

Nesta seção, serão apresentadas as discussões relacionadas a minha participação no evento do Projeto Cineclube, a convite do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14), realizado em 28 de setembro de 2022, com a exibição do filme *“O mau exemplo de Cameron Post”*⁴, seguida de um debate. Apesar do filme ser ambientado no contexto estadunidense, é possível observar várias semelhanças com as experiências brasileiras pelas quais as mulheres lésbicas vivenciam.

O evento teve apoio do Governo do Estado, partindo das subsecretarias de Políticas Públicas, Saúde e Cidadania e Cultura. A proposta inicial, devido às campanhas do setembro amarelo, era debater sobre sexualidade e gênero a partir do filme, com enfoque no público LGBTQIAP+ e planos de prevenção ao suicídio. Tendo isto em vista, também estiveram presentes os representantes João Fernando dos Santos Vilela, coordenador da Comissão de Gênero e Diversidade Sexual do CRP14/MS, e a psicóloga Maria Eduarda Avancini Casali, representante do Núcleo de Prevenção e Posvenção do Suicídio.

O amor entre mulheres ainda é um tema polêmico. Segundo entrevista concedida pela própria diretora do filme (Anexo 1), foram várias as dificuldades durante o lançamento do filme. No nosso caso, houve também a baixa participação do público no Cineclube. Embora o evento fosse aberto e gratuito, tendo sido divulgado nas redes sociais de todos os participantes, apenas seis pessoas compareceram. Assim, levando em consideração a notícia da entrevista sobre os obstáculos encontrados para a divulgação e lançamento do longa-metragem e das

⁴ CRP 14/MS promove Cineclube com debate sobre prevenção ao suicídio e população LGBTQIA+. Disponível em: <https://www.crpms.org.br/crp-14-ms-promove-cineclube-com-debate-sobre-prevencao-ao-suicidio-epopulacao-lgbtqia/>



discussões tecidas no cineclube, será realizada a análise de algumas das principais cenas do filme e as suas implicações possíveis diante dos marcos teóricos até aqui apresentados diante das vivências da lesbianidade.

Sofrendo diretamente com as influências do machismo e da misoginia nas sociedades ocidentais regidas por relações patriarcais, as mulheres que se relacionam com outras mulheres ainda enfrentam o apagamento dentro da própria comunidade LGBTQIAP+, como foi possível compreender ao longo dos levantamentos históricos apresentados ao longo do trabalho. A vivência de experiências que fogem da lógica heterossexual não é algo recente e acontece há bastante tempo. Todavia, apesar de a criação da categoria homossexual remontar ao século XIX, incluindo todos os sentidos identitários associados a partir daí, Weeks (2000) frisa que a prática homossexual não foi inventada, muito menos nessa época, e que a categoria foi criada apenas como resposta à necessidade de categorizar comportamentos destoantes da norma.

No filme *“O mau exemplo de Cameron Post”*, os marcadores sociais aparecem desde os primeiros minutos, quando a tia de Cameron a arruma para o baile de formatura, passando maquiagem em seu rosto, e Cameron, com um semblante triste, retira a maquiagem assim que a tia sai do quarto. Também, encontra-se a tentativa de reafirmar a feminilidade, como se fosse uma maneira de negar qualquer relação próxima de uma masculinidade deturpada ou como uma forma de incluir alguma dinâmica heterossexual onde não existia, visto que Cameron saía escondida com sua colega de classe.

A dinâmica heterossexual também é exemplificada quando os dois convidados, homens, entram na casa, no dia do baile de formatura, e a tia pede que se aproximem das meninas – que são amigas –, segurando-as pela cintura, enquanto tira fotos para o álbum. Conforme Zanello (2018), a vivência do amor está estabelecida para a mulher lésbica que acessa, ao contrário do homem heterossexual, espaços, subjetivações e implicações de desigualdade de gênero nos mais diversos aspectos, incluindo o amor romântico, engendrado às relações de poder existentes.

Cameron, na noite de formatura, após ser encontrada pelo namorado tendo relações sexuais com outra mulher, foi enviada pela tia a um centro religioso, uma espécie de comunidade terapêutica, que prometia a cura do interesse por pessoas do mesmo sexo. As relações de poder, então, atendendo a interesses hegemônicos e abrindo brechas para a visão de que a homossexualidade era associada a algo errado ou até patológico, trazem uma ideia de doença para a lesbianidade e todas as outras definições relacionadas (Weeks, 200).



Ao direcionar o foco para a realidade brasileira, Swain (1999) coloca o século XIX como um período de destaque para esta análise. Mulheres que agiam de forma masculina ou que se vestiam com peças consideradas masculinas eram passíveis de internação compulsória em hospícios, ato comum na época. Diversas mulheres que fugiam minimamente das normas sociais opressoras poderiam ser internadas, sob os pretextos mais vazios. Bastava causarem algum tipo de desconforto para a família ou para a ordem social, que essas mulheres poderiam ser vítimas desse verdadeiro encarceramento, incluindo o atravessamento sobre a forma com que a psique feminina era patologizada por si só.

Tendo em vista o desconforto das pessoas à volta de Cameron, que a levaram à negação da lesbianidade e de sua subjetividade, em sua estadia no centro religioso, ela é proibida de usar o apelido “Cam”, uma vez que a diretora da instituição afirma que o uso de um nome neutro reforçaria a sua “confusão sexual”. Entende-se, então, que a lesbianidade não está passível de análise exclusiva da sexualidade, uma vez que, em uma sociedade que coloca o gênero como um determinante social, a mulher lésbica, necessariamente, precisaria ser mulher heterossexual sob os pressupostos pré-definidos (Zanello, 2018).

Outra pauta que se encontra “em perigo” em face da existência da lesbianidade é a quebra de expectativas diante da maternidade. Por séculos, o papel relegado às mulheres na sociedade ocidental, pautada em valores cristãos, foi o de cuidadora do lar e da família, o que incluía a maternidade, vista como obrigatória e natural. Logo, quando alguma mulher ameaçava essas expectativas, impedindo a vivência da maternidade, invariavelmente, se esperava que fosse punida por não cumprir com seu papel “natural” (Swain, 1999).

Por medo de punições e de viver abertamente experiências vistas como erradas, o apagamento das vivências lésbicas ocorreu ao longo dos séculos em diversas esferas, do individual até os registros históricos. No sentido dos indivíduos, o celibato tornou-se a única opção para diversas mulheres ao longo do tempo, colocando-se como uma maneira de controle social, que pode ser encontrado, de certa forma, na vivência compulsória do papel de cuidadora da família, fruto da heterossexualidade compulsória, pois muitas eram obrigadas a casar-se e assumir o celibato de seus desejos para seguir uma vida criada para satisfazer aos outros e nunca a si mesmas (Swain, 1999).

Então, ao homem, o lugar de decisão está posto, enquanto para a mulher caberia a vulnerabilidade de passar por esse processo de decisão como objeto de avaliação. Zanello (2018) conceitua que esse lugar simbólico seria a prateleira do amor, onde a mulher, por



intermédio dos ideais estéticos, deve fazer por onde ser escolhida. Caso assim não fosse, a mulher lésbica teria falhado ao ser mulher. Com o passar do tempo, o movimento lésbico encontrou apoio nas teorias feministas, que proporcionaram maior visibilidade para questões relacionadas às práticas sexuais femininas, algo que sofreu com ampla repressão durante séculos, por preceitos religiosos e do patriarcalismo.

De volta ao filme, durante a intervenção a que Cameron foi submetida, o coordenador, autodeclarado “ex-doente”, junto da diretora e terapeuta, disse que não havia possibilidade de que Cameron pensasse em si mesma como homossexual, mas como cristã, para que no fim do tratamento alcançasse a cura, assim como eles. Por esse tipo de intervenção e por essas razões, determinadas identidades sociais, que antes sofriam com a invisibilidade quase completa, encontraram no centro de discursos de liberdade feminista a oportunidade de terem seu espaço político reivindicado (Hall, 1997).

Diante da mentalidade que permitiu que a lógica heterossexual dos afetos e relacionamentos se tornasse hegemônica por tanto tempo, qualquer outra expressão que fugisse dessa norma era vista como desviante e digna de estranhamento e repulsa. Contudo, em meados dos anos 1960, com a força dos movimentos por direitos civis de vários grupos minoritários, a questão do reconhecimento dos relacionamentos que fogem do funcionamento heterossexual entrou em voga com maior força do que nunca no mundo ocidental, representando os primeiros passos para que fosse possível romper setores da sociedade e estruturas políticas que pareciam ser imutáveis até então (Hall, 1997).

Mas, afinal, o que é ser lésbica? Diversas autoras e autores tentaram descrever detalhadamente a identidade lésbica, levando em conta todo o seu histórico de invisibilidade e posterior perseguição, em tempos mais recentes. Uma das estudiosas mais importantes sobre o assunto é Monique Wittig (2006), pois abordou como a pluralidade identitária da lesbianidade é muito maior do que se possa imaginar, perpassando movimentos individuais e sociais em constante troca. Para compreender o ponto de vista desta autora vale apontar que um dos pontos dramáticos do filme “*O mau exemplo de Cameron Post*” eram as técnicas utilizadas no centro de intervenção. Visivelmente inspirados nas dinâmicas de grupo e técnicas projetivas da Psicologia, todos os jovens eram obrigados a representar seus “problemas com sexualidade” por meio de um *iceberg* – na parte de fora da água, havia os pecados visíveis, ou seja, aquilo que os participantes faziam, e, dentro da água, cada participante elaborava os motivos que os levaram à prática sexual. Uma garota lésbica listou ter assistido futebol com o pai durante a



infância; outra, tendo em vista que seus pais saíam com outras pessoas, não teve a vivência de uma família tradicional. Cameron, após sugestão dos líderes do centro, apontou a morte dos pais como possível causa da sua lesbianidade em seu *iceberg*.

Essa relação entre visibilidade e invisibilidade também ocorreu no processo histórico das lésbicas. Segundo Wittig (2006), durante os movimentos de reivindicação de direitos de mulheres lésbicas, elas poderiam apresentar-se de diversas formas, indo desde um modo de vida abertamente lésbico até uma vivência mais privada. Algumas levantaram as bandeiras dos movimentos de apoio e lutas por direitos, enquanto outras faziam isso de maneiras mais sutis e indiretas, ou, muitas vezes, apenas vivendo as suas vidas. Não existiria, então, uma cartilha comportamental para ser lésbica; daí que a ideia de que elas querem, de algum modo, performar masculinidade de uma forma mais intensa e marcante se comparadas a mulheres heterossexuais é completamente equivocada.

O problema, portanto, não está nas mulheres lésbicas que mostram características mais relacionáveis ao masculino; por exemplo, no filme, as participantes do centro precisavam manter seus cabelos compridos. Apesar de serem os alvos mais fáceis de ataques e estereótipos, é interessante observar que tanto ódio direcionado para essas mulheres se deve a uma dupla negação de papéis sociais muito importantes para a manutenção do *status quo* dominante, primeiro ao se relacionarem com homens e, em seguida, ao se verem livres de uma performance de gênero completamente ligada à lógica de feminilidade existente (Lima; Batista; Lara Junior, 2009).

Todavia, a definição de lesbianidade não é fácil de ser colocada; trata-se de um fenômeno complexo, com inúmeras nuances e questões relacionadas. Por conta disso, apesar de ser importante pensar em um conceito que represente, de maneira geral, a vivência lésbica, essa é uma tarefa ingrata, por conta dos perigos de esvaziar modos de vida importantes e de gerar mais segregação, apesar de se compreender a necessidade de gerar diferenciações para fugir da invisibilidade à qual este grupo esteve sujeito por tantos séculos (Lima; Batista; Lara Junior, 2009).

Para Wittig (2006), a experiência lésbica representa uma forma de afastar-se de conceitos e lógicas da heteronormatividade, abrindo, assim, um universo de possibilidades distintas e importantes, em busca de maior liberdade e reconhecimento das vivências femininas, sem esvaziar a sua pluralidade. Torna-se claro que a ideia de lesbianidade não está relacionada estritamente às práticas sexuais e que abrange as formas de as mulheres lésbicas viverem e



enxergarem a si mesmas e o mundo ao redor e de performarem sua própria sexualidade e seus desejos em sociedade.

Mott (1987) retoma algumas das primeiras pesquisas direcionadas para a compreensão da lesbianidade e afirma que os estudiosos se dedicaram muito mais a criar novas categorias para encaixar as experiências desse grupo, que destoava do viver hegemônico, do que a buscar uma representatividade e a naturalização de seus modos de vida. Para ele, tais estudos resultaram em segregação dessas mulheres, excluindo-as de algumas narrativas e buscando a manutenção do que era visto como correto e natural, considerando-se que a lesbianidade representava perigo para a manutenção do patriarcado como existia.

Gimeno (2005) destaca de que forma a ciência, em especial na figura da Sexologia e da Psicologia, serviu como porta-voz para pesquisas que fortaleceram a contenção destas mulheres, que procuravam sua emancipação ao viverem sua sexualidade além das expectativas e ao tomarem para si tamanha liberdade com os próprios corpos. Para exemplificar seu ponto, o autor afirma que os primeiros estudos, ainda no século XIX, buscavam uma explicação para as mulheres se tornarem lésbicas, partindo da ideia de que era um desvio de comportamento adquirido socialmente por elas frequentarem espaços considerados majoritariamente masculinos e, por conta disso, terem passado por algum tipo de confusão mental diante dos papéis que deveriam ser seguidos, indo em busca de viver como os homens, o que explicaria mulheres que possuíam características mais marcantes de masculinidade (Gimeno, 2005).

De volta ao filme, cito aqui o momento no qual Cameron recua ao ver que seus colegas estão indo para a floresta, já que entendia que uma prática como a trilha não poderia ser um esporte feminino. Entretanto, os participantes do centro afirmam que a instituição entendia que a trilha fazia parte de um esporte neutro e, por isso, tinham permissão para fazê-lo. Posteriormente, Cameron é convidada por uma colega para participar de aulas de ginástica, ministradas por uma mulher loira, branca e heterossexual, que promove a “libertação” pela televisão. Tem-se, então, a ideia da lesbianidade como recusa em ser mulher, pois não segue os modos de ser e agir esperados, representando uma mentalidade que se perpetua em diversos grupos existentes na atualidade, como disse Gimeno (2005).

Nas últimas décadas, os órgãos de saúde pública começaram a atender às reivindicações populares e científicas, que provaram que a homossexualidade não é uma patologia e muito menos crime, mas sim um aspecto natural da identidade humana que não deve ser reprimido. Porém, o pensamento de que existe um único modo de viver, crença essa



que limita o sujeito ao aprisionamento do corpo, fadado ao viver imposto pelos dispositivos sexuais, de gênero e afins, perpetua-se de maneira considerável em diversas regiões do mundo (Lima, 2009).

Apesar disso, hoje se compreende que, por ser uma vivência que faz parte da identidade dos sujeitos, a forma como a sexualidade e, invariavelmente, o gênero vão ser experienciados muda de configurações, com outras lógicas de relacionamentos amorosos e afetivos. A expressão dos desejos será diferente da maneira como pessoas heterossexuais se relacionam consigo e com o mundo ao redor. Justamente por essa diferenciação entre os modos de vida das identidades relacionadas à sexualidade destoante do ideário heterossexual, Weeks (2000) fala em um “modo de vida gay”, no qual essas pessoas poderiam explorar possibilidades antes inimagináveis, diante de tantas perseguições e apagamentos, para satisfazer as suas necessidades e viver seus ímpetos mais básicos com maior liberdade e reconhecimento social.

Para falar sobre a questão da visibilidade conquistada pelas pessoas LGBTQIAP+ na atualidade, Weeks (2000, s/p) afirma o seguinte:

Gradativamente, vai se tornando visível e perceptível a afirmação das identidades historicamente subjugadas em nossa sociedade. Mas essa visão não se exerce sem dificuldades. Para aqueles e aquelas que se reconhecem nesse lugar, "assumir" a condição de homossexual ou de bissexual é um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar o alto preço da estigmatização.

Contudo, quanto mais representação na sociedade a comunidade LGBTQIAP+ conquista, mais ganham força os grupos que consideram estes indivíduos como uma ameaça real ao *status quo* da moralidade. Apesar dos avanços consideráveis no âmbito de direitos civis e judiciais para essa população, sua própria existência representa uma ameaça para ideias conservadoras. Tais sujeitos, querendo manter seus costumes e seu estilo de vida, se enxergam a partir do perigo constante de terem algumas de suas conquistas revogadas a qualquer momento (Weeks, 2000).

Pautada na lógica heterossexual, branca, patriarcal e de alto poder aquisitivo, durante os dois últimos séculos, em especial, a publicidade exerceu um papel crucial em seduzir as pessoas para que se esforçassem a seguir certos padrões de vida, pois adquiririam um estilo de viver mais próximo do correto. Isso levou à criação de uma concepção heterossexual de existir, em que não havia espaço para qualquer outra forma de expressão destoante (Swain, 2004).



Por conta disso, quando uma mulher afirma ser lésbica, além da percepção do protagonismo fraudulento, ela influencia as demais a estarem, também, fadadas ao erro, à alteração que atingirá a essência do sujeito. Assim, qualquer maneira de amar que fuja do preceito heterossexual e romântico estará contrária à percepção única de amar, vista em filmes, novelas e demais formas de comunicação (Lima, 2009).

Pode-se retornar aqui ao dispositivo sexual, que, conforme Foucault (1979), prolifera, inventando e controlando a população de tal modo que esta nega, ou ainda, desqualifica o ser e amar uma mulher. Tomam-se como exemplo os adjetivos atribuídos ao ser lésbica, como: mal-amada, desprezada, mulher-macho e outros (Swain, 1999).

Analisar o uso da linguagem para expor a existência de outras formas de viver a sexualidade é importante, no sentido de que a linguagem expõe como os assuntos são trabalhados em diferentes esferas da sociedade. Isso pode ser constatado já na escola, por exemplo, onde o silenciamento e a visão de que trabalhar questões de sexualidade e gênero no processo de escolarização é inadequado, por causa da ideia de promiscuidade, ainda muito associada a pessoas LGBTQIAP+ no imaginário social, e até em outros contextos institucionalizados e consolidados com o passar dos séculos (Butler, 2000).

Algo que é comum em todos os espaços que ainda não recebem bem formas distintas de vivenciar a sexualidade e gênero é a tentativa de repressão, marginalização e silenciamento. Ainda que os direitos conquistados impeçam determinadas ações contra a existência e convivência dessas pessoas por algumas esferas institucionais de maneira mais clara, as pequenas violações estão presentes o tempo inteiro, sob uma embalagem falsa de aceitação e compreensão (Butler, 2000).

Nesse caso, diversos templos religiosos, como citado anteriormente, e a forma como a mídia e a justiça ainda tratam situações em que tais questões estão em voga, deixam clara a percepção de que há diferença de tratamento em relação a outras pessoas que vivem suas identidades mais aproximadas da lógica hegemônica. Isso também pode ser visto no filme, como, por exemplo, quando, em uma tarde em que faziam comida para o jantar, Cameron e os colegas estavam cantando e dançando a música “*What 's up?*”, da banda 4 Non Blondes⁵. Nesse exato momento, a terapeuta do centro entra na cozinha, desliga o som e pede que todos voltem

⁵ Importante, inclusive, destacar que nesta letra, a vocalista Linda Perry, assumidamente lésbica, ressalta que orava todos os dias por uma revolução.



ao preparo dos alimentos. É possível afirmar que cenas de repressão como esta ocorrem no cotidiano de milhares de famílias todos os dias.

Apesar de apresentarem tamanha resistência para aceitar essas pessoas em qualquer espaço, que é delas por direito, Butler (2000) frisa que as instituições e os sujeitos que as formam precisam de um “outro” para ser o oposto de seus valores e objetivos, pois assim conseguem afirmar suas posições de forma mais clara e pontuada, e adquirem aceitação da população em geral que concorda com tais discursos.

Essas instituições precisam submeter alguns grupos e esferas sociais para se consolidarem diante de uma identidade própria, ou seja, a identidade das pessoas heterossexuais só vai existir se houver um esforço em diferenciar tudo o que não se encaixa dentro dessa ideia. Por conta da ideia naturalizante da heterossexualidade, tal afirmação vem no sentido de colocar-se como contrária ao que é diferente, rejeitando-o, na medida em que, de certa forma, se permite que vivências destoantes aconteçam, porém, esvaziando consideravelmente suas possibilidades de vida (Butler, 2000).

Não se pode esquecer, no entanto, que o mundo não funciona de maneira maniqueísta e que qualquer fenômeno tem muito mais movimentos que se estabelecem de um mesmo lado. Para Butler (2000), assim como as várias categorias não heterossexuais servem para satisfazer a necessidade de destaque do que é diferente do hegemônico, o próprio fato de conquistar um espaço no imaginário público demonstra, de um jeito ou de outro, como as identidades humanas não seguem normas fixas e imutáveis, funcionando com uma fluidez difícil de compreender, para muitas pessoas.

Como a sexualidade é vista na sociedade como um elemento central para a construção da identidade dos indivíduos, buscar a padronização do que pode ou não ser vivenciado e dos limites que podem ou não ser ultrapassados é muito mais seguro do que simplesmente aceitar toda a gama de possibilidades que cada pessoa pode seguir em seu universo particular. A sexualidade coloca-se, como Weeks (1985) muito bem pontua, como uma maneira de sentir-se pertencente a algum lugar; logo, mulheres lésbicas agarram-se com todas as forças à sua individualidade para protegê-la.

Entretanto, percebe-se que a compreensão das mais variadas formas de viver não está ao alcance de todas as pessoas. No filme, um dos participantes do centro, Mark, relatou que seu pai negou seu pedido de volta para casa, visto que ainda era afeminado demais. Durante o encontro em grupo, Mark, entra em crise e começa a recitar versículos da Bíblia, dizendo



repetidas vezes “enquanto eu sou fraco, eu sou forte” e fazendo flexões no chão. A terapeuta pisou nas costas dele e disse que só pararia quando ele se controlasse. Mark chorou e, durante a madrugada, cortou sua genitália e jogou alvejante por cima dos machucados. No dia seguinte, o coordenador e a terapeuta contaram ao grupo que Mark sofreu um acidente, mas, quando o coordenador foi indagado em particular por Cameron acerca do acontecimento, ele chorou e disse que não sabia o que fazer, pedindo desculpa.

Em 2022, o dossiê apresentado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania⁶ indica que, de janeiro a dezembro daquele ano, 273 pessoas LGBTQIAP+ morreram, o que manteve o Brasil como o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo. Entende-se que, apesar de as ideias conservadoras irem contra essa realidade muito mais diversa do que se consegue conceber, as pessoas LGBTQIAP+ não são subversivas nem querem transformar a população em pervertida por conta de seus modos de vida destoantes do padrão esperado pelos valores morais e religiosos dominantes.

Levando em consideração todas as questões postuladas a partir dos temas abordados no filme e com o apoio de notícias que denunciam situações semelhantes em um contexto nacional, é possível concluir que se trata de uma das formas de violência institucionalizada na qual pessoas LGBTQIAP+ ainda são submetidas. Mesmo que não se tratem de organizações necessariamente regidas pelas forças governamentais, o simples fato de que não haja fiscalizações eficientes que, ao menos, tentem frear o avanço destas estratégias predatórias das subjetividades que fogem da heteronormatividade, demonstra algum nível de condescendência, a partir da negligência de situações e locais alvos de múltiplas denúncias.

Nota-se, então, que os relatos elencados no diário de bordo, mais de 20 anos após a reflexão de Swain, ainda trazem à tona a negação de mulheres lésbicas em espaços políticos como produtora de insumos potencializadores nessas discussões. Reitero, por fim, que a consciência lésbica, definida por Abbott e Love (1973) como essencial no conhecimento sobre si, carece de exercícios que fomentem a reflexão sobre ações, interações e movimentos que incluem as mulheres lésbicas como ativas na construção política.

⁶ Dossiê apresentado ao MDHC indica 273 mortes de LGBTIA+ no Brasil, em 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/dossie-apresentado-ao-mdhc-indica-273-mortes-delgbtia-no-brasil-em-2022>.



Apesar da riqueza das discussões tecidas a partir do longa-metragem e do Cineclube, não podemos esquecer que se trata de uma história ficcional, que se passa nos Estados Unidos, portanto, mesmo que possa ter inspirações em relatos e vivências reais e os represente com um nível de fidedignidade aceitável, ainda restam lacunas para concluirmos as discussões que foram propostas para esta pesquisa. Para isso, na seção seguinte, serão analisadas algumas matérias jornalísticas, que trazem parte de um recorte de como tais instituições se comportam na realidade brasileira, mesclando com o embasamento teórico, que encaminhou o trabalho até aqui.

Comunidades terapêuticas e a lesbianidade no contexto brasileiro

Para encerrar os relatos etnográficos, nesta seção serão apresentados os resultados de uma análise inspirada na etnografia digital, que foi realizada a partir de uma busca por matérias jornalísticas que pudessem auxiliar na construção de um panorama sobre o funcionamento das comunidades terapêuticas presentes no Brasil e de que forma elas são uma causa e consequência das discriminações vigente na sociedade.

A busca se deu por meio de notícias jornalísticas publicadas nos meios digitais a partir de 2020 e que tratassem de tais vivências relacionadas a estas instituições. Um levantamento como esse se coloca relevante por possibilitar a execução de uma análise que permita investigar e, ao mesmo tempo, direcionar os holofotes para um assunto que ainda é obscuro e invisibilizado diante da população geral, afinal, a maioria das comunidades partem do princípio de retirar os indivíduos do convívio social para viverem apenas entre si, desempenhando as atividades designadas para os tratamentos específicos que são ofertados, em locais escondidos e distantes dos centros urbanos (Wermuth; Bemfica, 2023).

Como foi possível perceber ao longo deste trabalho, são diversos os usos do poder disciplinador para ir em busca de estratégias e ferramentas capazes de incluir os indivíduos dissonantes dentro das normas, sendo a institucionalização uma das principais formas disso acontecer (Wermuth; Bemfica, 2023).

No Brasil e em outras sociedades ocidentais, as instituições responsáveis por disciplinar a população de acordo com as regras de conduta hegemônicas se modificaram



bastante ao longo do tempo, em especial a depender dos objetivos para a sua existência. No caso das comunidades terapêuticas, é possível afirmar que elas surgiram em resposta às necessidades de prover uma vigilância hierárquica diante dos corpos que fugiam das normas sem, a princípio, adotar um caráter punitivo, mas, sim, com o objetivo de transformar estes sujeitos de acordo com as normas. Contudo, na prática, não é assim que as coisas se seguiram (Wermuth; Bemfica, 2023).

Com a sexualidade não poderia ser diferente, afinal, com o heterossexismo, que considera tudo o que foge da lógica de funcionamento da heterossexualidade como errado e patológico, o discurso de que deveriam existir maneira de tratar o “problema” foram aumentando, sendo as comunidades o espaço perfeito para a proliferação de práticas que buscam “redimir” indivíduos vivendo tamanhas perversões e alinhá-los de volta ao caminho correto, tornando-nos sujeitos morais (Wermuth; Bemfica, 2023).

De acordo com Garcia e Mattos (2020), as comunidades terapêuticas começaram a se popularizar para o “tratamento” de assuntos relacionados à sexualidade e ao gênero a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, quando os movimentos em busca do reconhecimento das expressões não-heterossexuais como válidas e a retirada das categorias patológicas aumentou, até a sua efetivação, primeiramente pela Associação Americana de Psiquiatria, em 1973. Neste momento, muitas igrejas passaram a criar estas instituições, seguindo os moldes de cuidados criados para pessoas com problemas com álcool, porém, com o foco em “consertar” pessoas que fugissem da lógica heterossexual de vida.

No Brasil, um marco da despatologização das vivências da população LGBTQIAP+ ocorreu com a publicação da Resolução nº 01/1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a qual proibiu a realização de qualquer procedimento que visasse a modificação da orientação sexual ou identidade de gênero no escopo da profissão. Apesar de ser bastante clara sobre os seus objetivos, ainda hoje muitos psicólogos, autoproclamados como “psicólogos cristãos”, buscam uma revogação e modificação da Resolução, por afirmarem que se trata de uma norma contraditória e antiética, de acordo com os seus preceitos, que ainda consideram a vivência heteronormativa como a única válida e correta (Wermuth; Bemfica, 2023).

Pelo fato das igrejas cristãs estarem à frente de boa parte dessas instituições e das estratégias que muitas delas utilizam para oferecer de forma discreta os serviços de “cura” para a sexualidade e gênero destoantes do que os preceitos religiosos consideram corretos, sem infringir alguma das poucas legislações vigentes para a regulação destes locais, é muito difícil



a tarefa de lutar contra e criminalizar os responsáveis por todas as atrocidades cometidas nesses contextos ainda hoje (Wermuth; Bemfica, 2023).

Por esta razão, a luta para a regularização e fiscalização desses locais, espalhados pelo país, ainda é tão necessária para toda a sociedade, mesmo que não seja um tema de tamanho interesse geral, afinal, não é algo que toca na ferida de muita gente, portanto, não causa tanto incômodo. Portanto, sabendo do histórico de apagamento e invisibilização no qual as pessoas LGBTQIAP+ estão sujeitas e pelo fato de que a maioria esmagadora destas instituições são regidas por organizações religiosas, que têm como preceitos básicos a ideia de que quem foge da heteronormatividade está errado e de que eles são capazes de retornar estas pessoas ao “caminho correto”, é urgente dar voz para quem é vítima destes locais e demonstrar um problema que é ignorado, voluntária ou involuntariamente, por toda a sociedade e pelas esferas de poder vigentes (Wermuth; Bemfica, 2023).

Antes de dar início às discussões, é preciso apresentar como os relatos etnográficos foram coletados e analisados. Inicialmente, foi escolhido o recorte de tempo para a escolha das matérias, que seria o limite mínimo de publicação a partir de 2020. A partir disso, criamos os critérios de inclusão para as notícias, que foram os seguintes: 1) Publicações realizadas por veículos jornalísticos confiáveis e presentes no Brasil; 2) Notícias que tivessem como tópico principal as comunidades terapêuticas e abordassem a vivência de mulheres lésbicas; 3) Matérias que apresentassem relatos que permitissem observar os impactos das ações destas comunidades na subjetividade de mulheres lésbicas.

Como critérios de exclusão, foram utilizados os seguintes tópicos: 1) Matérias sem nenhuma relação com os temas buscados; 2) Matérias lançadas em um período anterior ao ano de 2020; e 3) Matérias que não apresentassem os fatores psíquicos como uma das implicações destas instituições nas mulheres lésbicas.

Todas as buscas foram realizadas pelo Google e os descritores utilizados foram: “cura”, “lésbicas”, “subjetividade”. Seguindo os procedimentos citados de inclusão e exclusão, foram selecionadas cinco notícias. Desta forma, os caminhos se abriram para podermos observar não apenas os fenômenos e as vivências a partir dos relatos das vítimas das múltiplas violações nas quais estão sujeitas nessas comunidades, como também pudemos pontuar alguns possíveis impactos, a longo prazo, dessas ações na subjetividade de mulheres lésbicas. Com as devidas postulações sobre a realidade brasileira no que tange a esses locais, podemos seguir com a discussão amparada pelas matérias jornalísticas escolhidas.



Para dar início às discussões, apresentaremos a matéria intitulada “*Para curar a homossexualidade, jovem teria sido submetida a isolamento, exorcismos e terapia em seminário evangélico*” (2020) traz luz para a questão dos psicólogos que não respeitam os princípios éticos e as postulações da Resolução nº 01/1999 do CFP, por se tratar da entrevista realizada por Correia (2020) com Cláudia, uma jovem lésbica que foi vítima de diversos “procedimentos” ofertados pela Igreja Batista da Lagoinha, em Minas Gerais, que recebe aproximadamente 200 mil pessoas semanalmente, em busca de reverter a sua sexualidade, quando tinha 19 anos e fazia parte de um seminário evangélico, organizado pela instituição. Quando Cláudia chegou ao Centro de Treinamento Ministerial Diante do Trono, tinha muitas expectativas, afinal, iria trabalhar e aprender junto a figuras reconhecidas mundialmente, por conta dos trabalhos musicais e ministeriais do grupo musical gospel Diante do Trono. O seu objetivo principal no Centro era fazer um dos muitos treinamentos ofertados e se tornar uma ministra de louvor, porém, com o passar do tempo, o seu sonho foi ficando cada vez mais distante e tudo se tornou um pesadelo.

No período em que frequentou o centro, além de presenciar discursos que condenavam qualquer vivência que destoasse da cisheteronormatividade, colocadas como práticas desviantes dos preceitos cristãos e considerados pecados gravíssimos, Cláudia viveu momentos traumáticos quando se apaixonou por uma outra colega e engataram um relacionamento escondido e quase platônico, tendo em vista a culpa que sentiam por acreditarem se tratar de algo condenável. Apesar de ter começado a se entender como mulher lésbica ainda na infância, a presença de tantos discursos intolerantes à sua identidade fizeram com que ela duvidasse de si e buscasse ajuda à direção do seminário, sendo obrigada a se afastar completamente da colega com quem havia se aproximado e ainda se submeter a um isolamento para se “curar”, a partir de práticas como exorcismos, orações constantes e até psicoterapia oferecida por psicólogos associados à Igreja (Correia, 2020).

Depois de ter passado por tudo isso, Cláudia conseguiu ser aprovada em todas as disciplinas e estava preparada para participar das comemorações da conclusão do seminário, porém, às vésperas da cerimônia, foi impedida de comparecer e expulsa pela diretoria do Ministério, que alegou não ser prudente associar a imagem da instituição a alguém como ela. Segundo a reportagem de Correia (2020), mesmo com mais de uma década entre tais eventos e após anos de acompanhamento psicológico, com profissionais que seguiram os preceitos éticos e não ofereceram tratamentos de reabilitação de sua sexualidade, Cláudia conseguiu



compreender melhor sua identidade e à época da entrevista vivia com a sua esposa, apesar de continuar tentando superar os traumas profundos aos quais foi exposta.

Mesmo que a Igreja Batista da Lagoinha tenha encerrado as operações do centro de preparação para jovens em 2018, de acordo com Correia (2020), a instituição ainda comanda diversas frentes dentro e fora do Brasil e é atualmente regida por André Valadão, um pastor conhecido por posicionamentos públicos contra a comunidade LGBTQIAP+ nos últimos anos e que teve acusações de promover retiros espirituais que ofertam a “cura gay” publicadas na matéria *“Igreja de André Valadão promove 'cura gay' em retiros espirituais em Sabará”*, de Tubamoto (2023), com práticas semelhantes às que foram destacadas na reportagem anterior.

Os tratamentos foram oferecidos na Estância Paraíso e na Clínica da Alma, localizadas também em Minas Gerais, contando com práticas espirituais de “restauração” da sexualidade, embasadas nos princípios heteronormativos, além de contarem com a presença de psicólogos condescendentes de tais valores, com uma abordagem violenta, por vezes (Tubamoto, 2023).

Ao responder tais acusações, André Valadão utilizou como argumento para tais práticas a sua liberdade para exercer seus valores religiosos, porém, não deixa de ser irresponsável por contar com profissionais da Psicologia, que condena claramente a sua participação neste tipo de ação, demonstrando um ponto muito discutido também na matéria *“Mito da 'cura gay' causa danos psicológicos profundos”*, publicada por Correia (2023), a partir de uma entrevista com Kristine Stolakis, criadora do documentário *“Pray away”* (2020), que aborda as experiências de pessoas que passaram por instituições que ofertaram os tratamentos de “adequação” sexual e relataram os horrores vivenciados. O ponto de vista de Kristine é importante por trazer o foco para outros aspectos da discussão, pois a autora aponta que estas instituições continuam existindo e sendo buscadas por conta dos valores culturais presentes pelo mundo, senão, caso contrário, as legislações que buscam combater este tipo de ação seriam o suficiente para que elas não tivessem tanta força.

Para Correia (2023), Kristine afirma que a intolerância da sociedade é o que leva pessoas a buscarem esse tipo de tratamento, visto que quando tentam compreender sua identidade, elas recebem discursos que invalidam quaisquer vivências que fujam da heteronormatividade, disseminando as informações sobre estes locais que praticam a reabilitação sexual como uma esperança para resolver suas angústias e fazê-las se adequarem ao status quo. Kristine ainda frisa que tais instituições ainda possuem tanta força pelo fato de serem, em grande parte, relacionadas aos preceitos religiosos, o que leva aos debates sobre os



limites da liberdade religiosa, transformando a questão em um tabu ainda maior, que continua fazendo vítimas no Brasil e no mundo.

Todavia, não são apenas as organizações religiosas que ofertam as reabilitações sexuais, visto que Marques (2020) expôs na matéria “*Clínica de hipnose no DF promete 'cura gay' em até seis meses; prática é proibida*” a clínica de hipnose Hipnoticus, localizada no Distrito Federal, a qual foi investigada pelo Conselho Regional de Psicologia e pela Câmara Legislativa local após divulgar práticas de hipnose com a promessa de resolução rápida e definitiva de questões como depressão, vícios e o “homossexualismo”, dando ainda mais o caráter patológico para a sexualidade não-heteronormativa. A defesa da clínica seguiu uma linha parecida com a de André Valadão, ao colocar o uso do termo ultrapassado para se referir ao público LGBTQIAP+ como equivocado e frisando que não discriminaria clientes pertencentes ao grupo que buscassem auxílio sem a intenção de mudar sua orientação sexual.

É evidente nesta fala que não há a negação das práticas de “cura gay”, apenas um pedido de desculpas pelo uso de um termo, que caiu em desuso, e o destaque para o fato de que não obrigam os clientes a aceitarem tais práticas, caso não seja de seu desejo, abrindo o precedente para que tudo isso seja realizado às escondidas, mesmo que não tenha autorização para tal. Neste caso, ainda houve o posicionamento da Sociedade Brasileira de Hipnose, que frisou o uso da hipnose como uma ferramenta que pode auxiliar outras práticas terapêuticas reconhecidas cientificamente, mas nunca uma terapia completa, com garantia de resultados vitalícios, como foi o caso desta clínica (Marques, 2020).

Para encerrar a apresentação dos relatos etnográficos digitais, temos a matéria publicada por Neves (2023), intitulada “*Quem é Karol Eller, influencer que morreu um mês após anunciar 'cura gay'*”, em que conta mais sobre um caso que repercutiu de maneira considerável nas rodas de conversa tanto de pessoas LGBTQIAP+, quanto de religiosos e pessoas da extrema-direita. Karol Eller foi uma conhecida influenciadora bolsonarista que cometeu suicídio em outubro de 2023, aos 36 anos, pouco mais de um mês depois de participar de um retiro cristão, no qual anunciou ter se “curado” da homossexualidade e de outros vícios e “desejos da carne”. O caso de Karol mostra uma mulher que era abertamente lésbica, mas que, desde que ganhou notoriedade na política e nas redes sociais, adotou posicionamentos claramente contrários à sua existência, pautados em ideias difundidas por muitos políticos conservadores, que colocam as questões de sexualidade e de gênero como um “erro” e que acreditam nesta “cura” (Neves, 2023).



Como é possível perceber, a partir da matéria de Neves (2023) e da sua retomada sobre a trajetória de Karol, ela, como uma mulher adulta, tinha consciência de seus atos e sabia os caminhos que decidiu seguir, ao se colocar em locais e diante de pessoas que não concebiam as suas vivências como válidas, portanto, não podemos tirar as suas responsabilidades pelos atos e pautas defendidas durante a sua vida, em especial no período em que atuou como influenciadora digital.

Entretanto, é necessário compreender o contexto em que ela viveu, provavelmente, pela vida toda, em que ser lésbica deveria ser visto como algo vergonhoso; de ter crescido com a crença de que estava errada e que deveria se esforçar para mudar e ser como estava “destinada” a ser, de acordo com uma lógica heteronormativa. Infelizmente, Karol foi mais uma vítima dentre as inúmeras, diretas ou indiretas, de retiros, eventos e instituições que promovem esses processos de reorientação sexual e de gênero, retirando da pessoa partes cruciais da própria identidade e de quem se é, sobrando apenas um vazio e uma culpa enorme por não conseguir se encaixar.

Antes de encerrar esta seção, a pergunta que fica é: o que pode explicar a existência de tantas instituições como estas e a sua proliferação na sociedade de hoje, que possui tantas regulamentações que deveriam impedir esse tipo de violação? As respostas possíveis são múltiplas, afinal, é um fenômeno de ascensão de ideais conservadores, muito pautados em uma religiosidade que chega a ser fundamentalista, o que se coloca, também, na política, com a ascensão da extrema-direita. Entretanto, dentre todos os caminhos que podemos seguir para tentar observar este fenômeno, talvez o mais urgente seja a partir de uma análise de como o neoliberalismo propiciou o terreno perfeito para que instituições como essas existam até hoje e que as ideologias que as mantêm de pé não se restrinjam apenas a esses espaços.

Fazendo uso dos postulados de Cooper (2021), podemos tecer críticas às formas com que o neoliberalismo funciona, afinal, se trata de um regime econômico muito pautado na ideia do esvaziamento do papel do Estado diante das instituições, jogando tal poder para a iniciativa privada e seguindo uma ideia de “livre-mercado”, em que, supostamente, durante crises ou em momentos de estabilidade, os países seriam capazes de se estruturar da melhor maneira de acordo com uma lei do mais forte.

Por mais que pareça deslocado abordar o neoliberalismo neste momento, as questões começam a se encontrar quando utilizamos um dos fatores que mantêm este modelo em vigor



em tantos países, sendo o Brasil um delas, quando Cooper (2021) cita o fator de criação e recuperação de crises do próprio sistema, em que as estratégias de funcionamento da economia e das sociedades sempre está pronto para criar, de propósito ou não, os momentos críticos pelos quais os países neoliberais passam para, dentre os inúmeros motivos, utilizar também como uma estratégia de controle da população e do mercado.

Se trata de uma questão sistemática, portanto, não é possível apontar quem são os vilões ou os mocinhos da história. O que importa nesta ocasião é o fato de que, em qualquer crise em uma sociedade capitalista, quem mais sofre as consequências e fica ainda mais vulnerável é sempre a classe trabalhadora, que já vive todos os potenciais do seu próprio esforço como deveriam em momentos de estabilidade e são levadas a situações de contingenciamento de si e dos contextos ao redor nestes momentos de crise (Cooper, 2021).

Em momentos de crise, é muito comum que os governos neoliberais adotem uma postura muito pautada em sacrifícios para retornar a situação aos dias bons que todos viveram outrora, mesmo que a recíproca não seja tão verdadeira assim. Contudo, um dos principais pontos da narrativa adotada durante esses períodos é a busca por culpados, que adotam as mais diversas facetas, de acordo com as vivências de cada nação. Em alguns países, colocam os migrantes de outros países como os culpados pelos problemas econômicos, outros, colocam povos que vivem no mesmo território contra si ou pelo ataque a minorias. Para favorecer, diante da opinião pública, uma ideia de que todos devem agir de acordo com um “bem maior” e acabar com o mal que assola aquelas pessoas (Athanasίου, 2021).

Com os nervos à flor da pele e com a narrativa bem estabelecida de quem são os “vilões”, vai se criando uma ideia de retorno aos valores anteriores, de um momento em que a sociedade, aparentemente, vivia momentos de fartura e felicidade, implantando a visão de que, por terem aberto as portas para novos valores, costumes e expressões culturais e de liberdade, as coisas seguiram para um caminho tão tortuoso, o que permite o avanço de ideologias chamadas por Cooper (2021) de neoconservadoras.

Não se trata apenas de uma opinião de alguns indivíduos da sociedade, mas, sim, de um ponto de vista divulgado amplamente como o único caminho, sempre encabeçado por figuras públicas e políticas que se intitulam como “salvadores da pátria” e, não raro, estão envoltos nos preceitos religiosos mais dominantes daquele contexto, afinal, a religiosidade ainda é uma maneira de assegurar e acolher em momentos tão difíceis (Cooper, 2021).



Trazendo a questão do neoconservadorismo especificamente para o Brasil, podemos perceber como as crises políticas, sociais e econômicas que se intensificaram a partir de 2015, tendo como marco o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a chegada ao poder de seu vice, do neoliberal Michel Temer, em 2016, seguido pela ascensão de um político da extrema-direita à presidência e dos impactos que a pandemia da COVID-19 proporcionaram em vários aspectos, o país seguiu por um rumo já conhecido por outros países, em especial na última década, como os Estados Unidos e muitas nações da Europa, que foi a ascensão de ideais da extrema-direita, que flertam diretamente com o neoconservadorismo e deste estado de alerta para combater os supostos “inimigos públicos” (Selegim, 2021).

Desta forma, as ideologias de retorno aos valores do passado a todo o custo, muito amparados no crescimento das igrejas neopentecostais, que tiveram ainda mais apoio governamental para continuarem funcionando neste período crítico que dura quase uma década, os discursos de ódio contra minorias foram se tornando cada vez mais naturalizados, em contraponto com pequenos avanços em relação aos direitos da população LGBTQIAP+, como foi a conquista do reconhecimento de que qualquer discriminação contra pessoas da comunidade é considerado crime, os casos de violência continuaram ganhando a mídia, enquanto quem compactua com tais ideais continuam se sentindo confortáveis demais para proferir atrocidades contra o bem-estar de quem foge da norma (Silva, 2021).

É importante falar sobre a ascensão do neoconservadorismo na sociedade brasileira no tocante em que, mesmo que a maioria destas comunidades que propõem a “reversão” de sexualidades e a “readequação” de gênero não tenham surgido apenas depois de 2015 e que a estigmatização, e até criminalização, das expressões distintas da norma ocorram há muitos séculos, é inegável o fato de que houve um aumento da visibilidade sobre tais movimentos contra as vivências que fujam dos parâmetros hegemônicos.

Levar em consideração como a sociedade brasileira e o resto do mundo se comportaram diante dessa ascensão do neoconservadorismo e de que formas isso impactou em novas formas de opressão para mulheres lésbicas e outros membros da comunidade LGBTQIAP+ é imprescindível para a realização de um relato etnográfico como este, que deve encerrar a construção do trabalho e dos outros relatos que já foram apresentados; afinal, para se utilizar de métodos como esses, não basta apenas olhar a superfície dos fenômenos, é preciso ir além, observar os entornos e como as peças se encaixam para formar o cenário que



encontramos para a análise, ainda mais por se tratar de matérias jornalísticas, que podem sofrer com manipulações que afetem a fidedignidade dos fenômenos abordados.

Apesar de limitações como essa e muitas outras, acredito que os relatos etnográficos apresentados e, em especial, a discussão sobre o avanço das comunidades terapêuticas como forma de apagamento de identidades lésbicas no Brasil, denunciam um problema muito maior e que precisa de mais atenção: a falta de aparatos legais que possam ser capazes de fiscalizar e regulamentar essas instituições, sendo capazes de organizar o que pode ou não ser ofertado e, em especial, encerrar a oferta de serviços como as reorientações de sexualidade e de gênero, visto que não se tratam de patologias que precisam de tratamento. Como fica claro pelos relatos presentes nas matérias, o caráter dos métodos realizados em boa parte destes locais se assemelha às torturas físicas e psicológicas.

Portanto, é uma jornada complexa que deve ser trilhada por diversos atores envolvidos nesses processos, afinal, como bem pontuou Kristine Stolakis na reportagem de Correia (2023), o preconceito contra a população LGBTQIAP+ está consolidado na cultura ocidental e dificulta o avanço de pautas como essas, que são consideradas indesejadas por uma parcela crescente da sociedade, que ainda possui ampla representação social e no poder e influencia diretamente as decisões que são tomadas e quais são os assuntos que merecem atenção ou não.

Por conta disso, é inegável pontuar a importância que o jornalismo tem ao disseminar estas informações, em busca de mostrar ao público a crueldade na qual muitos indivíduos estão sujeitos apenas em nome de ideais e valores ultrapassados e que não podem ficar escondidos no âmago de tais instituições, em especial nas que se aproveitam do isolamento geográfico para se invisibilizar e prosseguir com tais ações.

Assim como o cinema é uma mídia essencial para que a sociedade tenha acesso a múltiplas realidades, mesmo que por meio da ótica ficcional, é imprescindível que se pense no papel das mídias na construção e reconstrução da mentalidade dos grupos sociais, afinal, filmes e matérias não são capazes de “salvar” o mundo do preconceito e dos seus danos irreparáveis, porém, conseguem atingir pessoas e gerar novos processos de análise da realidade para, quem sabe, seguirem por um caminho mais tolerante.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em gênero e sexualidade não é uma tarefa simples, afinal, se tratam de categorias capazes de formar características cruciais na construção da identidade de qualquer sujeito. Por essa razão, ao observar a relação de múltiplas sociedades ao longo da história com estes tópicos, podemos perceber muito de como era o seu funcionamento, valores, ética e tradições. Entretanto, apesar de muitos grupos, que já existiram ou que ainda continuam existindo, terem uma relação mais aberta e livre quanto às vivências de sexualidade e expressões de gênero de outras pessoas, as sociedades ocidentais ainda possuem barreiras, construídas ao longo de muitos séculos de dominação do pensamento cristão e da hegemonia do patriarcado e do heterossexismo, o que esvazia de sentido qualquer vivência que fuja das expectativas da heteronormatividade e da submissão diante dos homens.

Afinal, a ideia de um gênero binário, oriundo apenas de uma observação visual das genitálias da criança no nascimento e da expectativa do desenvolvimento de outras partes do corpo características de cada sexo ao crescer, ainda é dominante em quase todos os âmbitos sociais, mesmo que existam muitas pessoas questionando isso tanto no âmbito teórico, quanto prático, vivendo as suas verdades.

Por conta desses fenômenos sócio-culturais que ocorreram ao longo dos séculos, foi possível perceber como o papel da mulher se colocou como aquém do exercido pelos homens, inclusive em situações nas quais elas fugiam da lógica heterossexista e apresentavam expressões da própria sexualidade e, em algumas ocasiões, de gênero, destoantes do esperado pela sociedade. Tanto que é difícil encontrar estudos mais antigos que busquem analisar a sexualidade feminina, por se tratar de uma questão tabu pelos próprios preceitos religiosos, vigentes há muito tempo, que colocaram a sexualidade da mulher como algo maligno, que necessitava de controle para não levar outros homens e elas mesmas à devassidão. E justamente por esse apagamento da sexualidade feminina, é interessante notar como as experiências sexuais destoantes da heteronormatividade, quando realizadas por mulheres, muitas vezes foi invisibilizada, por considerarem que a falta de um “falo” impediria a consumação de uma relação sexual, sem contar a influência da ideia de inferioridade na qual elas estão expostas até hoje, como se não fossem capazes de viver plenamente sem a presença masculina.



Desta maneira, a vivência da lesbianidade é, há muito tempo, marcada pela luta diária por reconhecimentos, por “saídas de armário” constantes, em busca de validar as próprias certezas, a consciência de si e dos próprios desejos diante dos outros e na busca por ter acesso a direitos e, quem sabe, alguns poucos privilégios, que são renegados para quem não segue uma lógica heteronormativa de sexualidade. E foi com essa questão que se tomou partida na presente pesquisa, em que buscamos encontrar as formas nas quais os fenômenos enfrentados pelas mulheres lésbicas nas sociedades ocidentais podem afetar a construção da sua subjetividade, sua autoestima e de suas vivências, a partir de uma retomada histórico-conceitual, inicialmente, para, em seguida, analisar os dados práticos de um minicurso e do debate sobre o filme “*O mau exemplo de Cameron Post*”, encerrando com a breve análise de matérias jornalísticas sobre as comunidade terapêuticas que ofertam serviços de reorientação de sexualidade e de gênero no Brasil, assim como foi retratado no longa-metragem, no contexto estadunidense.

Falando mais sobre a questão das lesbianidades, confesso que encontrei muitos desafios no que se trata da busca por materiais teóricos que abordam alguns aspectos mais específicos das vivências de mulheres lésbicas, como a escassez de pesquisas de campo, retratando experiências de pessoas reais, no contexto brasileiro, de trabalhos que não tentam avançar em outras necessidades desta população, recaindo sempre no lugar comum, de falar sobre o preconceito sofrido e na importância de combatê-lo e pela dificuldade de se reconhecer como tal, o que, de maneira alguma, é irrelevante, porém, prende a pesquisa sobre a temática em lugares fixos, sem se aprofundar nem no que se propõe, nem em caminhos novos e tão necessários de serem observados quanto.

Outra lacuna que deve ser preenchida no âmbito acadêmico e, em tom de autocrítica, por mim, é a falta de interseccionalidades e de marcadores sociais não-hegemônicos sendo abordados em trabalhos sobre mulheres lésbicas, afinal, boa parte das poucas pesquisas de campo que abordaram questões sobre a temática traziam um ponto de vista de mulheres cisgênero, brancas e, no mínimo, classe média, sendo as exceções para o perfil muito mais escassa. No presente trabalho, acredito que poderia existir um maior espaço para abordar questões sociais, de raça e de gênero, afinal, nunca é o suficiente em um cenário de apagamentos crescentes, porém, o andamento da pesquisa impediu que isso fosse possível, pelas razões citadas anteriormente. O que não tira a responsabilidade das pesquisadoras e dos pesquisadores de se atentar para os marcadores sociais em seus trabalhos, por se tratar de elementos cruciais para a compreensão de fenômenos humanos.



Aproveitando o gancho, é possível trazer o acerto que foi se utilizar da cartografia e da inspiração etnográfica para a condução do trabalho, afinal, abriu as portas para uma aproximação muito maior com o tema e com as participantes e personagens abordadas e analisadas ao longo de todo o percurso. O diário de bordo possibilitou o registro não apenas de dados concretos, mas, também, de como me sentia diante das novas descobertas e experiências vivenciadas no período de execução da pesquisa, permitindo acessar emoções, ideias, expectativas e angústias que tornaram o resultado final muito mais real e humano.

Continuando no percurso metodológico, posso falar mais sobre o minicurso e como foi transformador o encontro com tantas mulheres que compartilham muitas semelhanças e diferenças com a minha história de vida, abrindo muitas possibilidades de observar diferentes vivências, sem recair em um só ponto de vista. Foi muito além de uma atividade executada em uma matéria obrigatória do Mestrado. Na verdade, foi a confluência e a cumplicidade de pessoas que se ligam por características e experiências mais ou menos semelhantes, mas que se entendem e se sentem seguras para compartilhar mais sobre a própria vida e o seu lugar como mulher, como lésbica e fazendo parte de outras minorias, em alguns casos.

Ao passar para a segunda parte da discussão, pelo filme “*O mau exemplo de Cameron Post*”, houve um período muito grande de maturação com as reflexões oriundas das primeiras vezes que assisti e do debate, promovido pelo CRP 14, por ter permitido que algumas questões começassem a ser expostas e estivessem prontas para serem destrinchadas no andamento do trabalho. Analisar obras ficcionais para tratar de questões vividas na realidade por muitas pessoas necessita de muita cautela, para não recair em falácias ou na armadilha de considerar realidades inventadas, por mais que haja um nível de fidelidade ao que acontece com muitos sujeitos espalhados pelo mundo. Outro cuidado foi de pontuar que a trama do filme funciona de acordo com um recorte geográfico, social e de tempo diferente, afinal, se passa nos Estados Unidos, com pessoas de classe média, uma protagonista branca, adolescente e na década de 1990.

Apesar das ressalvas, acredito que o uso do filme foi crucial para conectar os pontos abordados e trazer luz à questão das comunidades terapêuticas, que vêm se tornando um problema cada vez maior no Brasil e no mundo, pela falta de regulação por parte dos órgãos governamentais que deveriam ser responsáveis por isso, o que permite que exista a oferta de procedimentos infundados e que geram consequências físicas e psicológicas nas vítimas, que, na esperança de se encaixar dentro das expectativas da sociedade ou obrigadas por pessoas que



deveriam ser um porto seguro a participar disso tudo, se tornam parte de tantos horrores cometidos.

Com o pontapé do filme, foi possível buscar materiais jornalísticos, na tentativa de abordar mais sobre a realidade das comunidades terapêuticas brasileiras, afinal, a quantidade de produções acadêmicas sobre o tema ainda é muito aquém do esperado, dada a sua urgência. O que podemos tirar da análise destas notícias é que muitas destas instituições ainda funcionam e têm tanta força por conta do heterossexismo institucionalizado, que se utilizado dos dispositivos de poder para normalizar que existam locais que forneçam “cura” para o que não é uma patologia, afinal, essa ainda é uma ideia muito difundida na sociedade, mesmo com décadas de estudos científicos comprovando que não há nada para ser tratado, sem contar com outra questão: a religiosa.

Por se tratar de instituições usualmente comandadas por igrejas cristãs, muitas delas se aproveitam do direito à liberdade religiosa e de expressão para ofertar as reorientações de sexualidade e gênero, sob o pretexto de que estão se valendo dos seus valores e das vontades de quem as procura. Porém, muitas dessas pessoas se encontram extremamente fragilizadas ao chegar nestes locais, que, na maioria das vezes, fica localizado em áreas rurais, longe dos centros urbanos e, mesmo que nem sempre mantenham as pessoas em cárcere, ainda existem lugares que não permitem a saída até que considerem que o “tratamento” está concluído.

Após analisar todas as matérias e os outros materiais utilizados para a pesquisa, posso afirmar que, além da invisibilização de pautas relacionadas à população LGBTQIAP+ ainda muito presente em nossa sociedade, a questão das comunidades terapêuticas ainda não é regulada e fiscalizada como deveriam por muitas razões, mas, em especial, pelo silêncio que existe em torno delas. É um silêncio tanto das atividades realizadas para quem não conhece, quanto de quem conhece e é conivente, por acreditar na sua eficácia ou por, simplesmente, não se sentir responsável por qualquer ato ali executado.

Antes de finalizar, não posso deixar de retomar o caso de Karol Eller e o seu fim trágico como um ponto marcante dentre todos os casos apresentados durante o trabalho e que pertencem a histórias reais ou apenas são inspirados em vivências reais. Apesar de ser uma situação de contradição, pois Karol estava envolvida em um contexto político e religioso onde claramente não era bem vinda, diante da sua sexualidade, sendo forçada a “mudar” para viver da maneira “correta”, ela é, também, uma vítima das estruturas de poder que permitem que alguns corpos sejam mais válidos e tenham direito a uma liberdade de ser muito maior do que



outros. Sem tentar apagar a sua trajetória, nem culpar alguém que não está aqui para se defender, afinal, o intuito do trabalho nunca foi propor um julgamento de valores sobre ninguém, afirmo que é, principalmente, por estas pessoas, que não estão mais aqui, pelas que sobreviveram e conseguiram encontrar um caminho de aceitação e pelas que ainda estão presas nestes contextos, que dedico este trabalho.

Precisamos nos lembrar de que ainda existe um caminho muito longo e tortuoso para ser percorrido, ainda mais em um momento de ascensão de discursos invalidantes e ultraconservadores pelo mundo. Pode parecer clichê falar isso, mas é muito mais fácil revogar 50 anos de luta em cinco minutos do que conquistar algo maior em um mundo em que não somos bem-vindas. É difícil, mas não podemos desanimar! Encerro a pesquisa com a sensação de dever cumprido, por ter abordado todas as temáticas planejadas inicialmente, e por ter dado luz a muitas histórias e experiências que poderiam ficar esquecidas, mas que precisam ser contadas para que o mundo veja que nós existimos, cada uma do seu jeito, vivendo como consegue e buscando, sempre, um mundo em que seremos, ao menos, um pouco mais bem recebidas.



REFERÊNCIAS

ABBOT, S.; LOVE, B. *Sappho was a right-on woman: a liberated view lesbianism*. Nova York: Stein and Day Publishers, 1973.

AMÂNCIO, L. O gênero no discurso das ciências sociais. In: **Análise social**. 2003.

AMARAL, M. S.; TONELI, M. J. Sobre Travestilidades e Políticas Públicas: Como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade. In: NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ATHANASIOU, A. Estados de emergência, modos de emersão: Atuações críticas de “o povo” em tempos de crise. In: ALBINO, C.; OLIVEIRA, J.; MELO, M. (Orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguela, 2021, p. 153-198.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: vozes, 2002.

BARBATET, J. **Emoções, teoria social e estrutura social: uma abordagem macrossocial**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. C. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIAFA, J. **Aventura das cidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAMILO, A. A. **Um estudo dialógico sobre narrativas identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbicos-bissexuais feministas**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.



CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**. Tradução Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CAVALEIRO, M. C. A Escola em movimento: Feminilidades homossexuais, identidades, pertencimento e exclusão. In: Anais da 29ª Reunião da Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG: Anped, 2006.

CÉSAR, M. R. A. Acrítica da identidade nos movimentos feminista, LGBT: Michel Foucault e as ressonâncias na educação. **Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n.2, p. 97-104, ago. 2014.

CLARKE, C. *Lesbianism: An Act of Resistance*. In: GROSS, L.; WOODS, J. D. *The Columbia Reader on Lesbians and Gay Men in Media, Society, and Politics*. New York: Columbia University Press, 1990.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

COOPER, M. Valores familiares do neoliberalismo: bem-estar social, capital humano e parentesco. In: ALBINO, C.; OLIVEIRA, J.; MELO, M. (Orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguela, 2021, p. 33-90.

CORREIA, M. Para curar a homossexualidade, jovem teria sido submetida a isolamento, exorcismos e terapia em seminário evangélico. **Pública**, 17 de dez. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/12/para-curar-a-homossexualidade-jovem-teria-sido-submetida-aisolamento-exorcismos-e-terapia-em-seminario-evangelico/>. Acesso em: 27 de set. 2023.

CORREIA, V. Mito da "cura gay" causa danos psicológicos profundos. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 de jun. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5102798-mito-da-cura-gay-causadanos-psicologicos-profundos.html>. Acesso em: 27 de set. 2023.

COSTA, L. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital Do LAV**, 2014.

CRAPANZANO, V. *Imaginative horizons: an essay in literaryphilosophical anthropology*. Chicago: *The University of Chicago Press*, 2004

DELEUZE G.; GUATTARI F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 3. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **O Abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista em vídeo. França, 1988.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo, 1995.

DENZI, N. K; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.



FIRMINO, F.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, 2017.

FLEURY, A.; TORRES, A. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 2007.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. In: **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A microfísica do poder**. Graal, Rio de Janeiro, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Método de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GARCIA, M. R. V.; MATTOS, A. R. “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. spe. 3, 2019.

GIMENO, B. R. **Historia y análisis político del lesbianismo: a liberación de una generación**. Barcelona: Ed. Gedisa, 2005.

GEERTZ, C. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 1999.

GODOY, R. A construção da identidade de gênero no lesbianismo: retratando as formas e os estilos de vida. **Um outro olhar**, v. 10, n. 25, p. 9-10, 1997.

GOELLNER, S. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F. (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GÓIS, J. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista estudos feministas**, 2003.



GONÇALVES, J. A.; CARVALHO, A. R. R. F. Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática. **Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 135-156, 2019.

GONZAGA, P. **A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo**: produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, jul/dez. 1997. p. 15-46.

HARAWAY, D. *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HEREK, G. M. *The social context of hate crimes: notes on cultural heterosexism*. In: HEREK, G. M.; BERRIL, K. T. **Hate crimes: confronting violence against lesbians and gay men**. Newbury: Sage, 1992, p. 89-104.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. Londres: Sage, 2000.

JOSSO, M. C. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos. **Educação & Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 11-23, 1999.

LIMA, A.; BATISTA, K. A.; LARA JUNIOR, N. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 49-59, jan./mar. 2013

LIMA, M. **Entre elas**: cartografias dos devires amorosos. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2009.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e evolução do papel feminino. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LOURAU, R. **Le journal de recherche**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

MARQUES, M. Clínica de hipnose no DF promete 'cura gay' em até seis meses; prática é proibida. **G1 Distrito Federal**, Brasília, 08 de nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/08/clinica-de-hipnose-no-df-garantecura-gay-em-ate-seis-meses-pratica-e-proibida.ghtml>. Acesso em: 27 de set. 2023.

MEDRADO, B; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. et. al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MELLO, R. A Construção de sentidos. In: **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: EDUFPA, 2006.



MEZZARI, D. “**Amar é ter uma ética afetiva, é ter esse cuidado com o outro**”: Narrativas sobre amores e lesbianidades. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Assis, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Mulheres lésbicas e bissexuais direitos, saúde e participação social**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

MORAES, C. G. Diversidade sexual e discriminação: ética e estética. In: **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MOTT, L. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NEVES, C. Quem é Karol Eller, influencer que morreu um mês após anunciar 'cura gay'. **Quem Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de out. 2023. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/noticias/noticia/2023/10/quem-e-karol-eller-influencer-quemorreu-um-mes-apos-anunciar-cura-gay.ghtml>. Acesso em: 13 de dez. 2023.

NUNAN, A. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? **PSICO**, v. 35, n. 1, 2004.

O MAU exemplo de Cameron Post. Direção de Desiree Akhavan. Beachside Films. Reino Unido. Festival Sundance de Cinema, 2018.

PARKER, R; AGGLETON, P. **Estigma, Discriminação e Aids**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2001.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

REINOSO, B. G. *Historia y analisis politico del lesbianimos: la liberacion de una generacion*. Editorial Gedisa: Barcelona, Espanha. 2005.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RISTOW, F. 'EUA têm medo do orgasmo feminino', diz diretora de filme sobre 'cura gay'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/celina/eua-tem-medo-do-orgasmo-feminino-diz-diretora-defilme-sobre-cura-gay-23606424>. Acesso em: 17 de set. 2023.



ROBINSON, A. K. **Aspectos Psicossociais Relacionados à satisfação Corporal de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Brasileiras**. 2021. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, A. B. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria *Queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, jan.-jun. 2007.

SEGALLA, V. Dia Internacional contra a LGBTfobia: mortes foram subnotificadas no último ano. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 de mai. de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/17/dia-internacional-contra-a-lgbtfobia-mortesforam-subnotificadas-no-ultimo-ano>. Acesso em: 10 de fev. 2023.

SELEGHIM, A. D. **A política econômica neoliberal como uma das causas de um impeachment: um estudo de caso sobre o impedimento da presidenta Dilma Rousseff**. 2021. 170 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2021.

SILVA, E. L. S. Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: A mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 331-363, 2021.

SILVA, V. **O Antropólogo e sua magia: Trabalho de campo e pesquisa etnográfica**. São Paulo: Editora USP, 2000.

SOUZA, W. V. F. Movimento LGBT ocupando e transformando os espaços. **Geografia em atos**, v. 1, n. 4, 2012.

STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Santa Catarina: Mulheres, 2014.

SWAIN, T. *Amazones brésiliennes ? Le discours du possible et de l'impossible*. **Recherches qualitatives**, v. 19, Rivières, 1999.

_____. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.



TOMASEVSKI, K. *Rights of women: from prohibition to elimination of discrimination*. *International Social Science Journal*, n. 158, 1998.

TOLEDO, L. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista**. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis: 2008.

TORRÃO-FILHO, A. **Tríades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história**. São Paulo: Summus, 2000.

TUBAMOTO, F. Igreja de André Valadão promove 'cura gay' em retiros espirituais em Sabará. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/07/24/noticiadiversidade,1524576/igreja-de-andre-valadao-promove-cura-gay-em-retiros-espirituais-emsabara.shtml>. Acesso em: 27 de set. 2023.

VARIS, P. *Digital Ethnography*. *Tilburg Papers in Culture Studies*. **Paper 104**, ago. 2014.

VOLPATO, E. A.; OLIVEIRA, S. K. B. Mecanismos ideológicos de manutenção da heterossexualidade na hierarquia social. **Contraponto**, v. 8, n. 3, p. 115-131, dez. 2021.

WEEKS, J. *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.

_____. O corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELZER, D.; DUTEY, P.; DORAIS, M. *La peur de L'autre en soi, du sexisme à la homophobie*. Montréal: V. L. B. Editeur, 1994.

WELZER-LANG, D. *The construction of the masculine: women's domination and homophobia*. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WERMUTH, M. A. D.; BEMFICA, M. M. O controle disciplinar e biopolítico sobre a sexualidade através da terapia de reversão de orientação sexual: uma análise do desfecho da reclamação constitucional nº 31.818. **Estudos Institucionais**, v. 9, n. 2, p. 623 - 649, mai./ago. 2023.

WITTIG, M. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Trad. (para o espanhol) Javier Sáez y Paco Vidarte. Barcelona: Ed. Egales, 2006.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.



ANEXOS



Anexo 1. Tribades na cartografia



O GLOBO CULTURA BUSCAR Q ACESSE NO f t i ENTRAR

CULTURA • CELINA

'EUA têm medo do orgasmo feminino', diz diretora de filme sobre 'cura gay'

'O mau exemplo de Cameron Post', de Desiree Akhavan, chega ao Brasil nesta quinta-feira após vencer o Festival de Sundance

Fabiano Ristow
17/04/2019 - 20:41 / Atualizado em 18/04/2019 - 15:43

f t i | Newsletters



Chloë Grace Moretz é a protagonista de 'O mau exemplo de Cameron Post' Foto: Divulgação.

RIO - A cineasta Desiree Akhavan tem “100% de certeza” do porquê enfrentou tanta dificuldade para lançar nos EUA seu filme “O mau exemplo de Cameron Post”, o grande vencedor do Festival de Sundance de 2018 que estreia no Brasil nesta quinta-feira. O motivo: uma cena em que a protagonista tem um orgasmo.

— Os americanos têm muito medo da sexualidade feminina — diz a diretora, por telefone.

— Aqui, o orgasmo da mulher é tratado como se fosse pornografia, enquanto os homens podem receber até sexo oral nas telas sem o menor problema. O nosso prazer sexual representa autoridade, e esse país não se sente confortável com mulheres no poder. Como resultado, o longa sobre “cura gay” só assegurou uma distribuidora meses depois. Mesmo assim, entrou em cartaz num número tão pequeno de salas que arrecadou menos de US\$1 milhão. Agora chega ao Brasil pela Pandora Filmes, um dia após o lançamento em DVD de “Boy erased”, que trata do mesmo tema — a estreia nos cinemas foi cancelada em fevereiro pela Universal, que alegou razões comerciais. A principal diferença entre as duas obras é que “Cameron Post” explora a história de uma garota forçada a um centro de “conversão gay” com surpreendente leveza. O roteiro, escrito por Desiree e Cecília Frugieue a partir do romance de Emily M. Danforth, não abre mão dos momentos dramáticos (às vezes trágicos), mas faz rir.

— As fases mais tristes da minha vida também foram as mais absurdas e engraçadas, então era muito importante não levar a coisa tão a sério — explica a cineasta, que buscou o tom dos clássicos de John Hughes, em especial “Clube dos cinco” (1985).

Aliás, mais do que um manifesto contra os métodos abusivos da “cura gay”, Desiree quis falar de adolescência. Na trama, a órfã Cameron Post (Chloë Grace Moretz) é flagrada fazendo sexo com uma amiga e, então, encaminhada pela tia cristã à clínica Promessa de Deus, onde gays e lésbicas tentam “virar” heterossexuais por meio de repressão sexual, alienação intelectual, culpa e moralismo religioso. Lá, meninos não podem ter cabelos longos e meninas devem tomar cuidado com trejeitos tidos como masculinos.

— É uma história de amadurecimento que, por acaso, se passa num ambiente horrível. A adolescência é a fase dolorosa na qual a gente tem a impressão de estar carregando uma doença da qual quer se curar, então um centro de conversão gay era a metáfora perfeita. Uma vez dentro da instituição, Cameron Post vê os absurdos ao seu redor com um grau de deboche, o que empresta ao filme um tom irônico. Ela se alia a dois colegas que também estão lá fingindo buscar a salvação. Mas a segurança da protagonista em relação à própria sexualidade não é de pedra. A partir de um ponto, ela passa a acreditar na possibilidade de alcançar a



“cura”, seguindo à risca as orientações dos professores de anotar num papelzinho traumas passados que podem ter provocado o “desvio de comportamento”. Numa sessão de terapia, é convencida de que a paixão pela amiga não passou de uma tentativa inconsciente de absorver as qualidades dela. Chega até a se masturbar pensando num homem. Nada disso funciona, claro.

— Antes das filmagens, conversamos com pessoas que passaram por centros de conversão gay. Perguntamos se elas realmente acreditavam na “melhora”, e todas responderam que sim. É impossível ouvir “você é doente” o tempo inteiro e não ser impactado. É uma lavagem cerebral, é tenebroso, é abusivo. Retratar esse período com honestidade — argumenta a diretora.

(RISTOW, 2019).